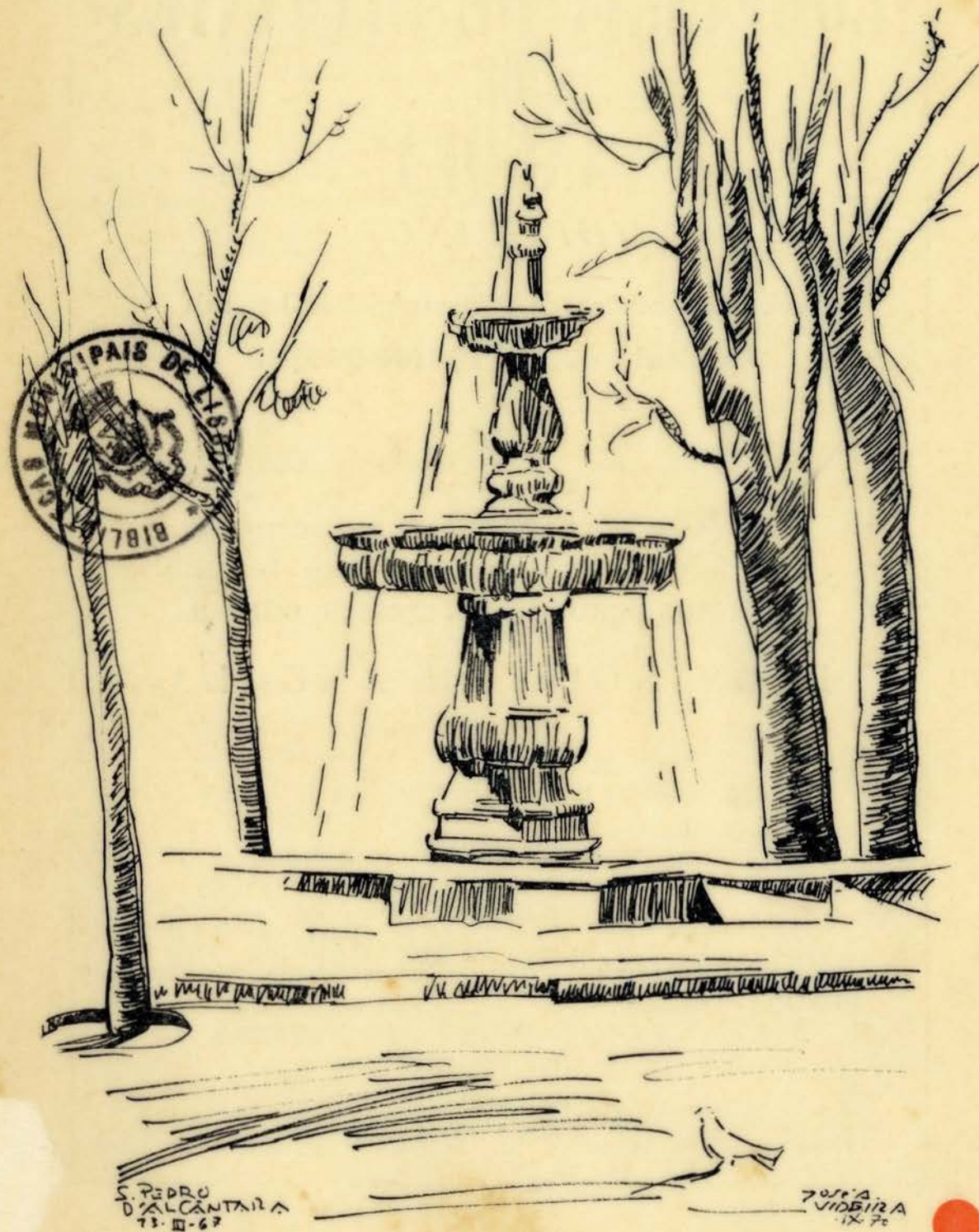


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social: 294100 000\$00



Empresa portuguesa para pesquisa
e extracção de diamantes em regime
de associação de interesses com a
PROVÍNCIA DE ANGOLA



SEDE SOCIAL

Rua dos Fanqueiros, n.º 12
LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
DUNDO — ANGOLA

REPRESENTAÇÃO EM ANGOLA
Rua Avelino Dias, n.º 59
LUANDA

TELEGRAMAS :
DIAMANG

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74 . Telefones 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20
Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23 LISBOA - 2

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

^A **LEGAL & GENERAL**

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

Correspondente:

MIL MILHÕES DE LIBRAS

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA



VISTA ALEGRE

Porcelanas

•
LOJAS:

Largo do Chiado, 18 — LISBOA
Av. Navarro, 42 — COIMBRA
R. Cândido Reis, 18 — PORTO
R. St.ª Isabel, 21 — PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.º
LISBOA

CASA AFRICANA

•
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

•
**ON PARLE
FRANÇAIS**

•
**ENGLISH
SPOKEN**

•
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

•
**Rua Augusta, 161 - Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

OLISIPO

ANO XXXIII

MAIO/AGOSTO

NÚMERO 130

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 32 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. – S. Vicente de Fora – R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

	Pág.
ALBERTO GOMES (+)	45
O POVO «CAMPANIFORME» DA PENÍNSULA DE LISBOA pelo <i>Dr. Veiga Ferreira</i>	47
O TEATRO DO GINÁSIO por <i>Luís de Oliveira Guimarães</i>	53
DISCURSO DO PRESIDENTE DA JUNTA DIRECTIVA NO ACTO DE POSSE DOS CORPOS GERENTES, <i>Doutor Eduardo Neves</i> ...	59
POEMAS DE JÚLIO DE CASTILHO E DE OUTROS PORTUGUESES, DOS QUAIS SETE LISBOETAS, TRADUZIDOS EM SUECO pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	61
QUERIDA LISBOA Poesia de <i>Christina Bérens Freire</i>	68
DOCES LEMBRANÇAS DO CONVENTO DE ODIVELAS pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	69
BREVE EVOCACÃO DO LISBOETA MONTERROIO MASCARENHAS, CRIADOR DO JORNALISMO PORTUGUÊS DE AMPLA INFOR- MAÇÃO pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	86
ACTIVIDADE CULTURAL DE ABRIL A AGOSTO DE 1970	93
FEIRA DA LADRA	99
CAPA: O Lago de S. Pedro de Alcântara — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS DE <i>J. A. Videira e Figueiredo Sobral</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios
Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



ALBERTO GOMES

MAIS um dos nossos colaboradores assíduos que a morte nos levou. O Dr. Alberto Gomes, natural de Lisboa e nosso sócio n.º 275, ocupou durante vários anos lugares nos Corpos Directivos. Médico, antigo inspector de saúde de Lisboa, exerceu funções docentes na Faculdade de Lisboa e teve larga acção nos serviços de saúde da capital. Urologista e cirurgião afamado, Alberto Gomes era um dedicado «Amigo de Lisboa» e apaixonado pela sua cidade. Representava o Grupo na Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa. Assíduo frequentador dos espectáculos de arte e da nossa actividade, Alberto Gomes, a despeito dos seus 87 anos era um companheiro dedicado que deixa um lugar vago difícil de preencher pela meticulosidade com que os exercia. Deixa algumas obras publicadas sobre as suas especialidades médicas, e exercia também o lugar de Director da centenária Sociedade das Ciências Médicas onde organizou o Índice do Jornal da mesma Sociedade.

Bom amigo. Paz à sua alma.

O POVO «CAMPANIFORME»

DA PENÍNSULA DE LISBOA

Conferência proferida na sede, em 30 de Março de 1970

Pelo DR. VEIGA FERREIRA

Ex.^{mo} Senhor Presidente do Grupo «Amigos de Lisboa»,
Doutor Eduardo Neves

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Ao ser convidado para proferir uma palestra na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», confesso que fiquei um pouco confuso, pela distinção conferida pelo meu Ex.^{mo} Amigo Sr. Doutor Eduardo Neves. Fui, pois, um pouco apanhado de surpresa mas não podia declinar o convite: em primeiro lugar pela honra da distinção, em segundo lugar porque nasci em Lisboa e tenho obrigação moral, pelo menos, de contribuir com alguma achega para o simpático Grupo «Amigos de Lisboa».

É claro que sendo eu, há longos anos, um apaixonado da arqueologia e, por residir na capital do Distrito de Lisboa, teria que, forçosamente, falar um pouco sobre a arqueologia de Lisboa e seus arredores. Como a riqueza arqueológica do nosso Distrito é incomensurável tive que escolher um tema dentro da arqueologia pré-histórica e pensei, justamente, na vida desse povo de há 4000 anos que aqui nasceu, viveu, lutou e morreu.

Peço desculpa a V.^{as} Ex.^{as}, que tiveram a bondade de me vir escutar, se os decepcionei, mas faço o melhor que posso para os não enfastiar de todo com os problemas e a vida de nossos longínquos antepassados.

Esse povo, hoje baptizado na Europa pelo povo do vaso campaniforme, é um dos povos pré-históricos portugueses melhor estudados e conhecidos devido à riqueza extraordinária da sua cerâmica típica e inconfundível objecto de estudos aturados e desenvolvidos até mesmo entre nós.

Tentarei dar uma ideia da vida quotidiana dessa gente que aqui habitou em época já bastante remota. Num período em que se esboçava uma revolta industrial na técnica do armamento, pela descoberta do primeiro metal útil trabalhado, o cobre, surge um povo que confeccionava uma cerâmica especial, na forma, de tipo campânula ou de sino, com ornamentação muito estranha feita com diversos tipos de matrizes ou a punção, conseguindo assim uma série de combinações de desenho que dão a esta cerâmica pré-histórica um efeito muito sugestivo. É, pois, em virtude dessa cerâmica em forma de sino ou campânula que se começou a chamar ao povo que a descobriu ou moldou o povo do vaso campaniforme ou povo da cultura do vaso campaniforme.

Quem era esta gente? Donde veio? Como aparece com uma cultura muito desenvolvida para a época no Distrito de Lisboa?

As respostas a estas questões não estão ainda bem esclarecidas ou definidas.

Sabe-se, pelos estudos antropológicos, que o povo do campaniforme português tinha características acentuadamente mediterrânicas tal como o português actual.

Viviam em fortificações ou castros no alto de colinas quase inacessíveis e tinham por casas, choças de madeira tapadas com colmo, cujos restos são identificados pelos fundos de cabana nas nossas estações pré-históricas, ou casas circulares de pedra com a constituição que se usava nas sepulturas de tipo redondo ou «tholoi».

Tomamos, como exemplo de habitação fortificada colectiva para mostrar a V.^{as} Ex.^{as}, o Castro de Vila Nova de S. Pedro perto do Cartaxo, por ser actualmente ainda o melhor estudado devido aos esforços extraordinários do saudoso arqueólogo e Amigo Coronel Afonso do Paço.

No Povoado de Vila Nova de S. Pedro existem, seguramente, duas ordens de muralhas para a fortificação. Assim, vê-se que viviam numa espécie de acrópole interior com uma defesa e depois uma outra cinta circular envolvia uma área cheia de habitações constituída por choças identificadas pelos fundos de cabana.

Dá a impressão que estas gentes viviam como colonizadores em terra alheia sobre cabeços fortificados com fossos e muralhas de pedra que denunciam, à primeira vista, o seu estado de guerra e de alarme permanente. De facto assim parece ter sido, pois a cultura do vaso campaniforme ocupa a faixa litoral e as embocaduras dos rios e ribeiras principais. Veja-se, por exemplo, o Castro do Zambujal, o Castro da

Columbeira, o Castro de Vila Nova de S. Pedro, o Castro da Pedra de Ouro, o Castro da Ota, o Povoado da Penha Verde (Sintra), etc.

A riqueza arqueológica de Vila Nova de S. Pedro é extraordinária e bem demonstra a cultura dum povo relativamente rico para a época no ocidente peninsular.

Essa gente tinha também, como todos os povos primitivos, o culto dos mortos e para isso construíram ou aproveitaram certos antros ou grandes sepulturas mais antigas para depositar, com todos os rituais da época, os seus mortos. Pelas sepulturas descobertas no Distrito de Lisboa podemos ter uma ideia da cultura desse povo, pois na última morada os possuidores de todas as suas riquezas; alfaias, objectos de uso comum ou doméstico, adornos, cerâmica, objectos a que se atribui finalidade religiosa, etc., acompanharam-nos.

Assim foi fácil aos arqueólogos verificar, que nas grandes sepulturas tipo «tholos» isto é, sepulturas em forma de casa redonda ou nos hipogeus escavados nas rochas brandas, hipogeus esses com a forma das sepulturas redondas e também com cripta e corredor de acesso, ou nas grutas naturais transformadas em necrópole, existe toda a gama de objectos que dão uma ideia muito aproximada do tipo de cultura e de vida de que era possuidor este povo do campaniforme.

Além da extraordinária riqueza cerâmica possuíam abundantes conhecimentos de metalurgia primitiva, o que implica o vasto conhecimento de minas e jazidas de metais, em especial o cobre, o ouro e a prata, os únicos utilizados na época. Pode, pois, hoje fazer-se uma ideia muito aproximada da vida desse povo campaniforme depois dos estudos arqueológicos dos últimos trinta anos.

Sabemos que além de viverem num estado de permanente alerta no alto de colinas fortificadas, como se viu, construíram modestas choças cujo solo era de terra batida, normalmente argila, e o fogo ou lareira era feito no centro da choça. Podemos comparar esta espécie de habitação com as tendas dos índios norte-americanos. Além da sua preparação guerreira, talvez mais de defesa do que de ataque, tinham uma organização industrial bastante aperfeiçoada para a época como o demonstram os conhecimentos minero-metalúrgicos do ouro, da prata e, em especial do cobre, para a fabricação das suas armas e utensílios de uso comum ou quotidiano. O trabalho do ouro, exemplificado pelo achado de anéis espiralados, brincos de folha batida com ornamentação *repuxada* pelo reverso, braceletes, alfinetes para cabelo, contas de colar, etc., bem demonstra o talento do povo campaniforme de Lisboa.

A confecção da cerâmica é, sem dúvida, o maior atributo dessa gente da pré-história do Distrito lisboeta. A beleza das formas como as grandes taças de pé e de ornamentação cuidada, os desenhos e as combinações ornamentais um pouco estranhos, o vaso em forma de campânula com desenhos em boca de lobo no bordo e com a pasta brunida a vermelho ou a negro com embutidos a branco etc., demonstram, de maneira iniludível, o apurado nível técnico da cerâmica, para a época.

No trabalho em osso ou em marfim sobressaem os artefactos de adorno e os a que se atribui uma finalidade religiosa. Assim as pequenas esculturas feitas de marfim, de osso ou de rochas ou minerais duros como as anfíbolas e as calaïtes são duma beleza sem par. Alguns alfinetes de osso para prender os cabelos são também muito demonstrativos duma arte bastante avançada para a época.

Algumas estatuetas esculpidas em falanges de equídeos com a estilização da figura humana são duma beleza e concepção verdadeiramente espantosas. A ideia de desgastar a falange dando-lhe uma forma antropomórfica e a gravura ou pintura dos olhos, das sobrancelhas, das pestanas, da tatuagem facial, cabelo, indumentária etc., é muito cativante.

Alguns cilindros calcários ou de osso, com a estilização dos olhos e da tatuagem facial, são motivo de muita admiração. Tudo isto prova a cultura dum povo muito notável.

A descoberta de sementes de linho e de tecidos, embora muito raros, não é desconhecida em Portugal na época campaniforme. Aliás outra circunstância prova que os povos desta época dos primeiros metais, chamados também por isso povo ou povos do Calcolítico (Época do cobre), usavam vestuário pois a descoberta abundante de botões de osso ou de marfim com a característica furação em V para os prender aos tecidos, isso demonstra. Por outro lado a tecelagem era um facto também, pois a enorme quantidade de placas de barro de várias formas, as fusaiolas e carrinhos de dobar bem a identificam.

Pelo facto de parecer ser esta gente do campaniforme dedicada a actividades industrializadas ligadas à minero-metalurgia não se pode negar a actividade fundamental da agricultura. A descoberta de sementes de várias gramíneas como o trigo, com duas espécies, da cevada nua, da fava pequena ou ratinha, o milho alvo ou milho miúdo português e o linho vem demonstrar que conheciam e tinham uma agricultura de tipo doméstico e imediato. Além destas descobertas sensacionais para demonstrar a actividade agricultora do longínquo povo do campaniforme outras

vêm corroborar esta: o achado de elementos de foice de sílex e mesmo pequenas foices de cobre.

Para dar a ideia ainda da vida do dia a dia desse povo não podemos deixar de falar na sua alimentação. Os achados de conchas de moluscos marinhos ou de águas salobras demonstra que eram comedores ou apreciadores de mariscos tal qual os seus antepassados de Muge da Época mesolítica. É fácil encontrar nas estações pré-históricas da época, conchas de *Patelas* (lapas), de *Cardium* (berbigão), de *Tapes* (ameijoas) e de alguns gasterópodes marinhos como os da família *Muricidae* que, em nosso entender, não serviriam para comer mas para a fabricação da tinta purpurina como já tentámos demonstrar há anos.

Um dos grandes recursos alimentares era, sem sombra de dúvida, a caça. Neste tempo ainda abundava a caça grossa pelas charnecas e matagais e assim com a ajuda da arqueologia se desenterraram restos de animais que serviram de alimentação ao povo campaniforme. Podemos apontar, com segurança, o grande boi selvagem, a cabra, o cavalo, o veado, o javali, o lobo, o urso, o lince, o texugo, etc. Os restos de cão encontrados nos povoados podiam já pertencer a animais domesticados para a caça, assim como pensamos que o burro e o cavalo estariam já domesticados também nesta época. É evidente que de tudo isto não há a certeza uma vez tratando-se de gentes ainda bastante selvagens, muito embora com índice de cultura muito elevado.

Minhas Senhores e meus Senhores: não quero de forma nenhuma continuar a maçá-los com esta viagem pelos caminhos de há 4000 anos muito embora as projecções a cores que lhes apresentei tenham talvez suavizado um pouco a aridez do assunto e a minha falta de palavra. A minha esperança é que alguma coisa de aliciante nos fique quando tentamos desvendar um pouco do véu nebuloso do passado.

A arqueologia quando é feita com amor, honestidade e probidade científica, em cada pedra que se encontra, ou em cada caco que se desenterra está um pouco da alma dos nossos maiores e todos os trabalhos e canseiras são amplamente compensados.

Pior será quando os cultores da arqueologia a fazem para dar nas vistas, com a ânsia da notoriedade, como infelizmente de há uns anos para cá se observa. Então aparecem os peralvilhos da arqueologia que tudo pensam saber, mas que no fim de contas não sabem nada!

E pior ainda será quando não respeitam o trabalho que foi feito ao longo de anos, muitas vezes sem qualquer ajuda, apenas com o nosso sacrifício e esforço!

Por meu lado senti-me muito satisfeito hoje nesta sala, pois vejo que muita gente veio aqui por se interessar pelos problemas da cultura e veio para ouvir falar dum povo que viveu, sofreu e morreu mas que deixou nas entranhas da terra, a que pertencemos, um pouco da sua alma e do seu longínquo viver.

Muito obrigado a todos pela paciência que tiveram em me escutar e mais uma vez me desculpo se não consegui interessá-los como era meu grande gosto. Muito boa noite.



« O TEATRO DO GINÁSIO » (*)

Por LUÍS DE OLIVEIRA GUIMARÃES

EM poucos anos, Lisboa assistiu ao desaparecimento de quatro teatros que faziam parte, não só do património artístico da cidade, mas da sua própria vida social: o Apolo, o D. Maria, o Avenida e o Ginásio. O Apolo abateu-o o camartelo municipal em nome do urbanismo; o D. Maria e o Avenida foram devorados pelo fogo; o Ginásio, desmantelado, acabou adquirido para mudança de ramo como se diz no comércio. O desaparecimento de um teatro, sobretudo de um teatro rico de tradições, é sempre triste para os espíritos sensíveis; o desaparecimento de quatro é verdadeiramente pungente. Sem dúvida, com iniciativa, dinheiro e tempo, os teatros desaparecidos podem substituir-se por outros, novos, até mais confortáveis e melhor dotados de condições técnicas para o exercício da arte dramática: o que não pode substituir-se é, já não direi a fisionomia, mas a alma desses velhos teatros — ou seja o mundo de emoções e de recordações de que eles se tornaram, senão participantes, pelo menos testemunhas atentas e enlevadas. Os velhos teatros, designadamente os das grandes cidades, não são apenas recintos de diversão: são páginas de história. Através deles seria possível fazer, de certo modo, pelo sortilégio da evocação, a história da sociedade que os frequentou. É o caso do Apolo, do D. Maria, do Avenida, do Ginásio, através de cuja crónica evocativa, se poderia fazer, sob alguns aspectos, a própria crónica da vida social lisboeta a partir do século XIX. Hoje as diversões multiplicaram-se e essa multiplicidade ocasionou a dispersão da vida social recreativa. Mas durante parte do último século e do século actual, o teatro era a diversão por excelência. Mais: era um ponto de reunião das várias classes sociais.

* Conferência pronunciada nos «Amigos de Lisboa», na noite de 25 de Junho de 1970, sob a presidência do Doutor Eduardo Neves.

Com efeito, quer a classe aristocrática, quer a classe média, quer a classe popular, afluíam ao teatro e, embora fossem para lugares diferentes, havia um denominador comum em relação a todas elas: o enternecimento ou a gargalhada que as peças suscitavam conforme a sua índole dramática ou cômica. Nem todos os espectadores se nivelavam pela mesma craveira social, nem todos professavam os mesmos ideais políticos e religiosos: todos, porém, estavam de acordo quando se enterneciam com o drama do *Frei Luís de Sousa* ou riam perdidamente com as facécias do *Comissário de Polícia*.

O Teatro — temos de confessá-lo — deixou de representar o amplo papel social que representou durante algumas décadas; mas, por isso mesmo, lembrando os teatros que tão convictamente representaram esse papel, mais nos entristece o seu desaparecimento. Com esse desaparecimento não desaparecem apenas edifícios, melhores ou piores: desaparecem os testemunhos históricos de um passado que não volta. Desaparecidos esses velhos teatros, é, contudo, justo não os esquecer, nem deixar de lhes atribuir o papel que eles representaram na vida social e, evidentemente, na vida artística do seu tempo.

Se aos espectadores e aos críticos teatrais acontece, frequentemente, não se esquecerem de determinadas peças que viram e, até, dos teatros onde as viram — nenhum autor, por muito distraído que seja, deixa de se lembrar dos teatros onde se representaram peças suas. Fica sempre qualquer coisa de emotivo a prendê-lo a esses teatros, sobretudo se as peças deram brado. Recordo-me que, uma tarde, passando eu com André Brun pelas ruínas do Ginásio (que havia sido destruído por incêndio em 6 de Novembro de 1921 e não havia sido ainda reconstruído), Brun descobriu-se e disse com a maior seriedade do mundo:

— Foi aqui, neste local, que se representou *A Vizinha do Lado*. Tiro sempre o chapéu.

Contou-me Arnaldo Leite que nunca passava junto do Teatro Sá da Bandeira, no Porto (tão cheio de excelentes recordações para ele, como autor) que não afagasse com a mão uma das paredes.

— É uma espécie de feticismo... — observei-lhe.

— Não — declarou-me ele. — É uma prova de affecto e de reconhecimento.

★

Agora que tudo quanto restava do Teatro Ginásio vai ser demolido para dar lugar a um vasto estabelecimento comercial quis o «Grupo

Amigos de Lisboa» prestar à memória do antigo teatro a homenagem que lhe era devida. Há, de facto, coisas tão dignas de ser homenageadas como as pessoas. É o caso do Ginásio. Sem dúvida, o Ginásio das quatro últimas décadas estava longe de possuir, arquitectonicamente, a fisionomia e o corpo do primitivo Ginásio tronco da família; mas tinha o mesmo nome e procurava conservar os mesmos hábitos artísticos. Por volta de 1845, o dono de uma tipografia do Rossio, chamado Mota, fervoroso admirador de cavalinhos, construiu um barracão para servir de circo num terreno existente na Travessa do Secretário da Guerra, hoje Rua Nova da Trindade, e deu-lhe a pomposa designação de «Novo Ginásio Lisbonense».



O Ginásio de 1863

Pouco depois, o fiscal do Teatro de São Carlos, Manuel Machado, que nutria a paixão da arte dramática, convenceu o Mota a transformar o circo em teatro. O Mota deixou-se convencer; traçou ele próprio, com Manuel Machado, o plano; o barracão foi demolido; iniciaram-se as obras e, um ano decorrido, a 17 de Maio de 1846, inaugurava-se, com o drama de César de Luca *Paqueta ou os Fabricantes de Moeda Falsa*, a nova casa de espectáculos. Tendo os proprietários pensado em dar-lhe o nome de «Teatro Nacional Lisbonense», acabaram por chamar-lhe «Teatro do

Ginásio» — que, mais tarde, o público abreviaria dizendo, simplesmente, «O Ginásio». Através da sua existência de mais de um século, o Ginásio sofreu três transformações: uma em 1852; outra em 1863; outra ainda em 1925 após o incêndio que destruiu, em grande parte, o edifício, na noite de 6 de Novembro de 1921. Estas transformações mudaram-lhe sucessivamente o aspecto, não apenas interior, mas exterior. Entretanto, o Ginásio nunca deixou de ser um dos teatros mais tradicionais de Lisboa. Evidentemente sucedeu-lhe o que sucede, em regra, às próprias pessoas ilustres: teve períodos melhores e piores; conheceu êxitos e fracassos;



O Ginásio de 1925

exaltaram-no, invejaram-no, caluniaram-no. Se dermos, no entanto, um balanço à sua existência, verificaremos que ele soube servir, por vezes mesmo com inegáveis sacrifícios, a causa do Teatro. O teatro foi a sua função — e a sua paixão. Um dia, fizeram dele cinema. Com a penumbra da sala começou o seu crepúsculo. Esse crepúsculo acabou por envolver uma ruína.

O Teatro do Ginásio iniciou a sua vida teatral com o drama a que já me referi: *Paquita e os Fabricantes de Moeda Falsa*. Mas os seus proprietários e, depois, os sucessivos empresários que o Ginásio teve,

entenderam, e bem, que Teatro não é só o drama, mas o conjunto dos vários géneros teatrais. Assim, o Ginásio, nas suas várias transformações, viu decorrer no seu palco, não apenas dramas, mas altas-comédias, farsas, *vaudevilles*, óperas, operetas, mágicas, revistas. A variedade dos géneros tinha de corresponder, como correspondeu, a variedade dos autores e a variedade dos intérpretes. Dificilmente será possível enumerar — tantos e tantos eles foram — todos os autores, mesmo só portugueses, desde Garrett, Pinheiro Chagas, Fernando Palha, Gervásio Lobato, Eduardo Schwalbach até Júlio Dantas, André Brun, Mendonça Alves, Ramada Curto, Carlos Selvagem, que, no Ginásio, tiveram peças representadas. Mas mais difícil será ainda enumerar as artistas e os artistas que as representaram, desde Emília Cândida, Emília dos Anjos, Lucinda Simões, António Pedro, Isidoro, Santos Pitorra, Eduardo Brasão, os Rosas, Taborda, Vale, Cardoso, Telmo até Lucília, Palmira Bastos, Maria Matos, Amélia Rey Colaço, Ilda Stichini, Ausenda, Alves da Cunha, Alegrim, Joaquim Almada, Samwel Dinis, Robles e tantos, tantos outros. Por lá passaram, entre outras, duas das maiores celebridades mundiais da arte dramática: a actriz Sara Bernhard e o actor Novelli. Se o Ginásio pudesse ter escrito as suas memórias, não deixaria de recordar muitas das suas «noites de estreia» que ficaram célebres, umas pelo êxito que as peças estreadas alcançaram (caso, por exemplo, dos *Milagres de Santo António*, de Braz Martins; do *Fossilismo e Progresso*, de Manuel Roussado; dos *Campinos*, de Salvador Marques; do *Comissário de Polícia*, de Gervásio Lobato; da *Bisbilhoteira*, de Eduardo Schwalbach; da *Conspiradora*, de Vasco Mendonça Alves; da *Vizinha do Lado*, de André Brun; do *Ninbo de Águias*, de Carlos Selvagem; do *Caso do Dia*, de Ramada Curto), outras pelo escândalo que as peças estreadas produziram (caso, por exemplo, da *Viagem à roda da Parvónia*, de Guerra Junqueiro e de Guilherme de Azevedo, e do *Primo Basílio*, de Eça de Queirós, adaptado à cena por Vaz Pereira). A despeito, porém, das numerosíssimas peças de todos os géneros que, durante um século, se representaram no Ginásio e dos numerosíssimos artistas, e dos mais ilustres, que as representaram, o que fez a popularidade do Ginásio foi o género cómico, graças à esfusante actuação e à longa permanência no seu elenco de dois dos maiores cómicos, senão os maiores, do nosso teatro: Taborda e Vale. Uma ocasião, em Cascais, o rei D. Luís, pondo a mão sobre o ombro de Taborda, perguntou-lhe:

— Ó Taborda, dize lá com franqueza: o Vale é teu filho?

E como alguém contasse a cena à mãe do Vale, justificando o equívoco pela parecença, a virtuosa senhora ofendeu-se e retorquiu:

— Parecido com o Taborda o meu filho? Que ideia! O meu filho é muito mais bonito!

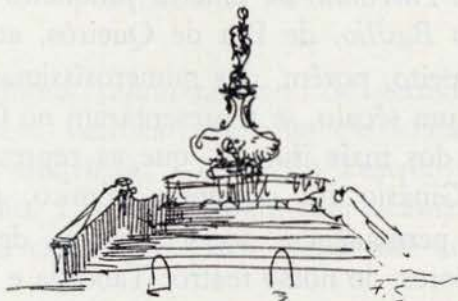
Vale não era filho de Taborda; mas, se era feio como ele (e a fealdade constitui mesmo um dos poderosos elementos do actor cómico), era, como ele, um grande mestre na arte de fazer rir. Pertenciam, histriõnicamente, à mesma família. No *Album das Glórias*, ao acompanhar com uma sugestiva biografia, a magistral caricatura de Taborda feita por Rafael Bordalo Pinheiro, Guilherme de Azevedo, profetizando a entrada do grande actor nos umbrais celestes, descreve-nos São Pedro a bater-lhe no ombro e a dizer-lhe, meio severo, meio prazenteiro:

— Pode entrar, Sr. Taborda. Mas veja lá! Não me faça rir porque as almas perdem-me o respeito e Deus Nosso Senhor multa-me!

Vale continuou Taborda. Uma noite, a graça de Vale e a graça de Gervásio Lobato encontraram-se no Ginásio, foram apresentadas uma à outra e tornaram-se amigas íntimas. O que Lisboa inteira riu, durante anos, com a graça de Gervásio e com a graça de Vale! Quando se representou *O Comissário de Polícia*, o então Ministro da Justiça, conselheiro Lopo Vaz, que foi ver a peça, não hesitou em exclamar no final:

— Isto devia vir no *Diário do Governo*!

É uma anedota? É. Mas o que são certas anedotas senão a consagração da História, como afirmava Jules Claretie! O que resta do Ginásio vai desaparecer. Curvemo-nos sobre as suas últimas pedras e rezemos por alma do antigo teatro — porque aquele teatro não teve apenas espírito: teve alma.



DISCURSO DO PRESIDENTE DA JUNTA DIRECTIVA NO ACTO DE POSSE DOS CORPOS GERENTES

Senhor Presidente da Assembleia Geral
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os meus cumprimentos a todos V. Ex.^{as}.

Agora, que as instâncias oficiais respectivas homologaram as eleições realizadas em fins de Janeiro e ao tomarmos posse dos respectivos cargos há que pronunciarmos algumas palavras a propósito.

Palavras de programa, palavras de saudação, palavras de saudade e lembrança.

De saudade, para os que durante a nossa vivência como colectividade nos deixaram, de lembrança para os que nos têm acompanhado e embora estejam sempre connosco não estão em plena efectividade.

De saudação aos nossos sócios honorários, o Venerando Chefe do Estado, lisboeta de nascimento, e os antigo e actual Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, o primeiro também lisboeta e nosso sócio honorário e o actual tão gentil que, após os nossos cumprimentos de saudação, visitará a nossa sede, por sua espontânea resolução, na próxima quarta-feira à noite. Visita tão apeteçada para colaborar na sua ingente tarefa e segundo o nosso lema — A BEM DE LISBOA.

E agora, duas palavras de programa; é tão clara e precisa a nossa tarefa, que não há senão que enunciá-la. Pois mais não é do que a continuação do cumprimento dos nossos Estatutos e há 34 anos a esta parte.

Esperam todos V. Ex.^{as} que eu fale de mim. Também pouco terei quer dizer, só cumprirei, com a sobrecarga, cada vez mais pesada, de vir após.

Entreí nesta Casa entre os fundadores e tenho sido sucessivamente tesoureiro, secretário-geral e agora presidente da Junta Directiva e em todos os cargos quão pesada é a ascendência: como secretário-geral Hugo Raposo depois de ter sido vogal da Junta Directiva e editor do «Olisipo».

Agora como presidente da Junta Directiva que plêiade enorme de nomes grandes desde o primeiro, há pouco lembrado, o sócio honorário Engenheiro Augusto Vieira da Silva até ao último meu antecessor directo o Professor Freitas Simões.

A Hugo Raposo é sempre de deixar uma palavra de saudade ao proferir o seu nome, e a Freitas Simões o apreço pelo seu aprumo e elegância pessoal no corpo e no espírito.

De todos os citados e os em pensamento vividos, lembremos Pastor de Macedo há pouco homenageado pela Ex.^{ma} Câmara com a Medalha de Ouro da Cidade, em justa homenagem ao seu passado como oportunamente lho fizemos sentir.

É de recordar que além do Grupo ser Medalha de Ouro da Cidade também o era Matos Sequeira, como agora o são também outros nossos sócios, o General França Borges, Aníbal David e o Engenheiro Câmara Saldanha.

Precisa o Grupo persistência, aprumo e assiduidade de todos, particularmente quem como eu agora enceta nova vida, graças a Deus, e isso me valha acompanhado com a plêiade dos recém-eleitos em especial os para a Junta Directiva.

É grande a tarefa, mas com a colaboração de todos a levaremos ao fim, se Deus quiser. Não devemos alterar muito, a nossa acção mesmo porque os Estatutos não nos permitem e sem deixarmos de cumprir o nosso dever e missão, só adaptarmo-nos às condições do tempo e da época. Fomentar o aumento do número dos nossos agremiados entre as camadas jovens e as novas «élites» sem abandonar ou esquecer os antigos, impedindo que esses nos abandonem e auferindo deles os conselhos e o saber da experiência feitos. Não esqueçamos que eu também já sou do fim do século passado.

Acima de tudo e sempre manter vivo o amor pela nossa Cidade e a defesa das suas belezas e tradições, numa palavra continuar. A nossa acção que já mereceu aos vinte anos de existência a Medalha de Ouro da Cidade — está documentada no belo volume do Índice dos nossos 30 anos de actividade e nos agora 128 números — já com outro no prelo do nosso «Olisipo» e se nos próximos anos seguirmos as normas traçadas até agora já temos algo de que nos orgulhar.

É o que fomentaremos, senão nos faltar — como esperamos — o apoio e a ajuda de V. Ex.^{as}. Assim seja, A Bem do Grupo e de Lisboa.

E. N.

Poemas de Júlio de Castilho e de outros Portugueses, dos quais sete Lisboetas, traduzidos em sueco

pelo ENG. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

O escritor sueco Göran Björkman, notável poliglota cuja existência decorreu de 1860 a 1923, verteu para o seu idioma numerosas composições poéticas e outros escritos de autores portugueses. Várias literaturas lhe mereceram também grande atenção, exemplificada por idêntico procedimento. Assim, traduziu produções brasileiras, francesas, inglesas e espanholas, e até outras, popularizando desse modo obras desconhecidas na Escandinávia. A sua alta preparação literária, doutor em Letras, e o grande prestígio pessoal de que gozava foram precioso alicerce para essa actividade cultural.

A partir de 1892, apresentou traduções dos *Sonetos* de Antero de Quental; de *Henrique-o-Navegador*, de Manuel Duarte de Almeida; de *Madrigais*, de António Feijó; editou um volume de *Poemas* de quarenta autores (obra a que se refere o presente artigo); *Parnaso Português*, em três volumes; *Prosas* de Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Trindade Coelho e Maria Amália Vaz de Carvalho; *Poesias*, de Camões; *Suave Milagre*, do Conde de Arnoso; *A Ceia dos Cardeais*, de Júlio Dantas; *Contos*, de Ana de Castro Osório; *Poesias*, de Gomes Leal e António Feijó. Deste último, algumas composições do livro póstumo *Sol de Inverno*, em edição aparecida no próprio ano do falecimento de Björkman, que já tinha publicado um *In Memoriam* daquele notável poeta lírico português. Digno também de especial citação o *Estudo Crítico* de Björkman sobre Antero.

O volume de que especialmente dá notícia o presente artigo foi editado em Upsala, no ano de 1894, não tendo mencionada a data de impressão. Título: UR PORTUGALS SAMTIDA DIKTNING — *Poetiska Öfver-*

sänttningar af Göran Björkman. A capa de brochura ostenta, no canto superior esquerdo, as armas reais portuguesas. Primorosa edição de 110 exemplares numerados, o primeiro destinado ao Rei Óscar II, e o segundo à Academia Real das Ciências de Lisboa.

Nesta interessante obra, encontram-se poesias de Júlio de Castilho, Gomes Leal, Henrique Lopes de Mendonça, Luís de Magalhães, Conde de Sabugosa, António de Serpa Pimentel, Teixeira Bastos e Maria Amália Vaz de Carvalho: oito lisboetas, de características literárias e valor diversos, cujas composições — desde o *Stabat Mater*, de Lopes de Mendonça, à *Madalena*, de Maria Amália — lhes asseguram digno lugar em confronto com os restantes trinta e dois poetas, de que a bela colectânea se ocupa: Joaquim de Araújo, Cristóvão Aires, António de Azevedo Castelo Branco, Teófilo Braga, Júlio Brandão, Bulhão Pato, Fernando Caldeira, Eugénio de Castro, D. João de Castro, Coelho de Carvalho, Alfredo da Cunha, João de Deus, Custódio José Duarte (o médico e escritor transmuntano, que, ao morrer em Cabo Verde, determinou que um cofre com os suas obras fosse lançado ao mar, desejo que se cumpriu), Manuel Duarte de Almeida, António Feijó, Cândido de Figueiredo, Guerra Junqueiro, Narciso de Lacerda, José Leite de Vasconcelos, Carlos de Lemos, Alberto Marques Pereira, Alice Moderno, Conde de Monsaraz, António Nobre, Alberto de Oliveira, António de Oliveira-Soares, Luís Osório, Queiroz Ribeiro, Tomás Ribeiro, João Saraiva, José de Sousa Monteiro e Sousa Viterbo.

De Júlio de Castilho escolheu Björkman a sentida composição *À Porta de Um Cemitério*, imbuída do mais puro romantismo, como se tivesse brotado da pena de Soares de Passos... Encontra-se inserta no *Primeiros Versos* — Rio de Janeiro, 1867. É de assinalar a circunstância do benemérito lusófilo sueco a ter seleccionado para o seu precioso volume, publicado como acima se lê em 1894, portanto numa época em que Castilho já escrevera variados poemas, entre eles aquele que é incontestavelmente a sua obra-prima nessa modalidade literária: o cancionero *Manuelinas*. Das razões que possivelmente a tal o moveram, não há que falar: imperou o seu gosto, é tudo; no entanto, assume grande interesse verificar-se que, além-fronteiras, alguém mostrou possuir amplo conhecimento da sua obra, já então bem vasta. Quem em Portugal, nesse tempo (e mais ainda no que ora decorre...) teria lido e sobretudo tanto admiraria os seus ensaios poéticos, dados à estampa decorridos mais de vinte e cinco anos?

Castilho, não obstante o seu prestígio no campo da olisipografia — todos o citam, embora poucos o tenham lido —, lutou sempre contra um quase desfavor do meio a respeito do seu valor. Quanto puder ser

tentado para conduzir tão notável homem de letras, também poeta, insigne prosador, ficcionista..., ao alto lugar que lhe compete, é acto de pura justiça. Não deve pretender-se impor toda a sua obra, evidentemente bastante desactualizada, mas ao menos assinalar o nome de tão benemé-



O Insigne Mestre Olisipógrafo e Poeta

Júlio de Castilho

Grande Paladino da Linguagem

rito autor com justiça e imparcialidade, através de exame crítico de quanto produziu. A sua anunciada bibliografia, em edição da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, será um primeiro passo para tal revisão.

Este comentário recorda-me a seguinte passagem de uma carta de Teixeira-Gomes ao Dr. Azevedo Neves, enviada de Pisa em Novembro de 1926, a agradecer o discurso que este professor pronunciara, como vereador da Câmara Municipal, em homenagem ao segundo Visconde de Castilho: «Vi uma única vez o Júlio de Castilho, para os lados do Lumiar, onde eu fora de passeio com o Fialho, que o conhecia, e parou para o cumprimentar. Tinha o aspecto distinto e simpático, com esse ar de reserva natural, que não exclui a lhanza, e torna as relações sociais muito agradáveis. Da sua produção pessoal nada sei, porque (e com vergonha o confesso) nem mesmo li a *Lisboa Antiga*, mas sou-lhe gratíssimo, pelo monumento que ele levantou à memória do pai, publicando-lhe com grande carinho, e critério, e cuidado de revisão, as *Obras Completas*». Bem mais estranha a atitude de um conhecido e categorizado professor e publicista, que, ao aludir elogiosamente há anos, em emissão radiofónica, aos trabalhos de investigação devidos a Júlio de Castilho e Braamcamp Freire, acentuou que a nenhum cabia a designação de escritor, pois nas obras de qualquer deles não se encontra uma única página de verdadeira literatura, de originalidade, de ficção..., critério inaplicável ao primeiro, e que só poderia ter defesa quanto ao segundo, em face da rígida orientação desse crítico.

Retomando as considerações sobre a obra de divulgação de Göran Björkman, direi que a apresentação que aqui é feita da sua versão da sobredita poesia de Castilho é simplesmente motivada pelo objectivo de citar uma homenagem prestada no estrangeiro ao nosso grande olisipógrafo, e tendo também em atenção a finalidade deste Boletim. É certo que, sobre as restantes trinta e nove composições portuguesas traduzidas pelo mesmo lusófilo, poderiam igualmente ser bordadas pertinentes observações.

Björkman, de cujo labor raríssimas publicações se têm entre nós ocupado, incluindo a maioria das enciclopédias, gozou de grande consideração no seu país e no estrangeiro. Tiveram geral aceitação as suas obras originais, em que designadamente versou questões de crítica literária, em parte com participação de sua esposa. Frequentemente citadas, com particular aplauso, as consagradas ao romancista Canuto Hamsun (do qual há livros traduzidos em português) e a Maurício Reinhold von Stern, e ainda o estudo crítico-literário *Von Venezuela Parnass*.

O principal obstáculo à divulgação das obras de Björkman é evidentemente a dificuldade e também a restrita expansão do idioma sueco. Sobre o seu mérito nos fala o processo da eleição deste grande admirador

da nossa literatura para sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa — processo expressamente consultado para elaboração deste ligeiro artigo. Dele ressaltam o seu entusiasmo pelo nosso País e a grande consideração que lhe manifestaram eminentes intelectuais portugueses. Essa eleição foi efectuada em 30 de Janeiro de 1896. Em 12 de Dezembro anterior fora lido o respectivo parecer, redigido por Teófilo Braga, que o assinou conjuntamente com António Cândido e Teixeira de Aragão.

Desse processo constam importantes provas do seu grande desejo de bem-servir a expansão da literatura portuguesa na Suécia; assim, em carta de 27 de Maio de 1907, mostrava a vantagem de serem enviados livros nacionais para a Biblioteca Nobel.

Também o Instituto de Coimbra, a Academia Brasileira de Letras e muitas outras agremiações científicas o tiveram entre os seus sócios. O Governo Português concedeu-lhe a comenda de Sant'Iago.

No número, bastante elevado, de notáveis lusófilos, contam-se, entre muitos outros, Guilherme Stork, Ernesto Monaci, Edgar Prestage, Aubrey Bell, Philéas Lebesgue, Prospero Peragallo... A propaganda da nossa cultura muito deve a alguns; a outros, trabalhos fundamentais de pesquisa e crítica. Referindo-se a um deles, a Aubrey Bell, escreveu o falecido Prof. Agostinho de Campos que, simultâneamente, a divulgação lá fora de valores nossos, projectava, para cá das fronteiras, uma clara e serena luz crítica, muito favorável à justa graduação dos nossos modos de ver, que se arriscam a constituir por vezes deformações da realidade. É que, disse, «a miopia do desleixo e a visão fàcilmente aberrativa do patriotismo podem ser corrigidas com grande proveito pela perspectiva imparcial do olhar alheio, quando agudo e educado» (*A Literatura Portuguesa*, por Aubrey F. G. Bell — trad. do inglês por Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha. Do pref. de A. de C.).

Como nota final, lembrarei a amizade e admiração de Göran Björkman pelo nosso tão celebrado poeta António Feijó, que longos anos na Suécia representou Portugal, para cujo prestígio nos países nórdicos, por acção diplomática e elevação da sua obra literária, largamente contribuiu. Como acima ficou assinalado, Björkman organizou em sua homenagem um *In Memoriam*, e procurou enaltecer ainda o seu eminente amigo, trabalhando para o êxito da patriótica ideia da trasladação para a Pátria dos despojos do poeta das *Bailatas* e de sua esposa.

À PORTA DE UM CEMITÉRIO

Foi ao cair da noite; o céu era funério.
Saí triste e sem lua; ao campo fui cismar.
Nas sombras o entrevi curvado a soluçar;
encontrei-o chorando ao pé do cemitério.

De luto! em pranto! ali! junto à fúnebre Cruz!
Tão pequenino! Eis chego ao trémulo orfãozinho
— Por quem choras? — pergunto; e o pálido rostinho
rebentou-lhe outra vez de lágrimas a flux.

— Minha Mãe! minha Mãe!... — eram os gritos seus.
E emudecia. Oh! dor! Oh! pranto! Oh! saudade!
Calei-me ante o profundo abismo da orfandade;
ele, ajoelhou na pedra a orar comigo a Deus.

Deus, ó Deus, que eu vejo e sinto
palpitar neste ermo pranto:
ajoelhou no degrau santo
o orfãozinho que a Ti vem.

No mundo quantos como este!
Deus, Tu que és bom, e és eterno,
deixa-os sem pão, Deus paterno,
mas não m'os deixes sem Mãe.

Prazeres, Agosto de 1866.

BLAND GRAFVAR

Det var skymmande qväll, mulen, regntung och qvaf.
Mina fötter mig planlöst till kyrkogården förde.
Snyftningar i ett nu genom dunklet jag hörde:
en ensam liten pys låg och grät vid en graf.

Hitut sorgklädd, förgråten den lille lärt sig hitta.
För honom detta kors var världens medelpunkt.
»Hvi gråter du?» — jag sporde. Först han suckade tungt
utan att knappast upp, blyg och skygg, våga titta.

Men förr'n ett svar han fann, qväfdes af gråt hans röst.
»Min mor, min mor!» — blott ljudet. Då blef jag äfven slagen
med stumhet: hvem kan trösta den, hvars mor bort är tagen? . . .
Jag blott knäfalla kunde. Och från himlen kom tröst.

* * *

*

Gud, hvars stränga hand jag spårar
i den öfvergifnes tårar,
Du, som låter plötsligt död
nedslå hvarje jordiskt stöd,

Må ej många Du beskära,
hvad Du denne gaf att bära.
Låt dem, Herre, sakna bröd,
ack, men ej en moders stöd!

QUERIDA LISBOA

Minha Lisboa! Cidade tão linda!...
Junto dela, o rio vem passar
procurando o Oceano, aonde finda,
talvez na ilusão de descansar...

De manhã, a Cidade mais se alinda,
o sol, nascendo, logo a vem doirar...
E à noite, o Tejo, é mais belo ainda
todo de prata, quando faz luar!...

Não queiras nunca, ó linda Lisboa,
que te desfeiem, construindo à toa
prédios altos sem graça... sem beleza!

Seja palácio, ou casa de aluguer,
em tuas ruas, só deixes erguer
a bela Casa, à antiga portuguesa.

CHRISTINA BÉRENS FREIRE

5 de Junho de 1970



O Mosteiro em 1886

DOCES LEMBRANÇAS DO CONVENTO DE ODIVELAS (*)

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

«Vê-se que aos Açorianos, como em geral aos Portugueses, não desaprazem as delícias da pastelaria, o que é bem natural em terras, onde houve tantos frades e freiras, que passavam parte da vida estudando e aplicando a arte da cozinha.» (Leite de Vasconcelos, *Mês de Sonho*, p. 59).

1. Ainda que obedecendo a um plano, a presente comunicação não exige, da parte do autor, a linguagem elaborada duma conferência, nem da parte da assistência a aceitação amável, coroada por delicadas palmas e cumprimentos. Estamos num colóquio, pelo que a uma exposição simples

(*) Comunicação oral ao 67.º Colóquio Olisiponense, em 16-7-1970, na sede do Grupo Amigos de Lisboa, agora reconstituída e com mais informações.

e espontânea convirá corresponder o à-vontade dos presentes, com interrupções, perguntas e comentários: a prática amena, que há-de esclarecer, informar ou pressupor. Eis por que não escrevi, apenas anotei; por que não compus, apenas planeei. Tudo virtude deste generalizado sistema de hoje em dia, pois houve muito tempo da minha vida em que a reunião literária, artística ou científica era um monólogo (por vezes muito extenso), assegurado de antemão pela concordância passiva — o que não significa inconsciente, claro — dos assistentes. Daqui se passou para o encontro, o seminário, o diálogo, o colóquio enfim, fórmulas simplificadas (e realmente todas idênticas) do congresso, como a palestra fora a amenização da formal conferência.

Estamos pois em colóquio. Vamos portanto à prática amena que já sugeri.

Antes de mais, tenho de informar de que o tema desta comunicação tem para mim relativo interesse: a culinária está tão longe de mim que não saberia responder à pergunta «Que leva mais tempo: fazer ovos cozidos ou ovos estrelados?» E para que me não considerasse tão ausente, li atenta e exaustivamente três trabalhos que julgo suculentos, e me pareceram bastante elucidativos. Foram eles o estudo erudito, onde o prazer da leitura não ficou prejudicado, *Comezainas e Gulodices*, do meu ilustre Amigo Eurico Gama, historiador, etnólogo e bibliógrafo, o longo artigo «Doçarias» da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, cujo autor não vem infelizmente indicado, e o capítulo sobre confeitores, no segundo volume de *Lisboa de Lés-a-Lés*, de Pastor de Macedo, memória fundamental para quem deseje industrializar-se em tais matérias.

E já agora direi que Eurico Gama teve a gentileza de me dedicar o seu precioso volume. E isto me leva a pensar que se um dia o acaso fizer que alguém, simultâneamente, leia as *Comezainas e Gulodices* e saiba desta comunicação sobre doces me atribuirá feições bem longe da verdade: hei-de passar como glutão, quando mais não sou do que um níquento.

Quanto tenho para dizer tem por base um volume manuscrito, sem título, com receitas de culinária e utilitárias, pertencente agora a uma senhora, que se encontra entre nós e a quem cumprimento respeitosamente e muito agradeço, a Ex.^{ma} Senhora D. Maria Helena dos Santos Abrantes. Herdou-o de sua mãe, Ex.^{ma} Senhora D. Virgínia Adelaide Simões dos Santos, nascida em Odivelas em 1893, e ali falecida em 1969, com 76 anos. Esta senhora recebeu-o de sua madrinha, D. Carolina Augusta de Castro e Silva, a última freira do Mosteiro de Odivelas.

de flor q. b.; mexe-se tudo mto bem, e
deita-se na forma untada de mant.
e vai ao forno.

Tabefe de Ovelhas.

Batem-se mto bem 9 gemas com $\frac{1}{2}$ lb
de assucar arado; estando bem bran-
co tira-se humma peçua de sal, e logo
 $\frac{1}{2}$ lb de leite q se vai mexendo de novo
e sem descansar estando já em cima do
forno e q. começa a ferver se prova
em sabendo a cozida e estando grossi-
nho se tira do lume e vai-se des-
tando em copos ou chavenas, e logo
de frio se pulveriza com canella moída
e peneirada a porção q. b. conforme o
gosto q se quizer. Não vive levantado
ferreira p. no tálhar, começando a
fazer bolombas busta, e logo se vê de
esta grossinho, e se sabe a cozida.

Sorritos

Com 2 lb de agua se deita meia cana-
da rasa e não catçada de far. bem
fina, 2 onças de mant., 2 onças de
assucar arado, e humma peçuzinha
de sal; isto tudo vai ao lume em
tubo de arame, mexendo sempre
até ficar em humma bota bem untada

O livro é formado por três cadernos de papel azul, com as dimensões de 21 x 15 e um centímetro de grossura, tendo cada um dos dois primeiros quarenta páginas e o terceiro teria trinta páginas, pois que lhe faltam quatro folhas (pp. 81-88): possui catorze páginas de texto, e oito em branco.

A caligrafia, correcta e legível, parece de meados do século XIX. Deve tratar-se de uma cópia, quanto aos dois primeiros cadernos, feita na mesma altura, dada a regularidade da letra; no último caderno, embora aparente pertencer ainda à mesma pessoa, a letra é mais irregular, e bastante posterior talvez, de quem já sofreu na caligrafia os efeitos de muitos invernos. De resto, a atribuição, por esta característica, dos três cadernos à mesma copista (creio ser mulher) pode estar prejudicada, pois que cada geração, independentemente do carácter individual, possui traços caligráficos comuns. Contudo insisto pela mesma autoria e argumento também com um outro manuscrito, redigido muito mais tarde, onde a grafia se assemelha. Posso, com muitas probabilidades de acertar, dizer que os cadernos foram coordenados e copiados pela última freira de Odivelas. Esta senhora, freira professa de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo⁽¹⁾, transitou, em data incerta, para o Mosteiro de Odivelas, por motivos que desconheço: talvez ao secularizar-se o edifício de Nossa Senhora da Nazaré.

A ortografia do texto é a vulgar usada no tempo (aquela mesma que toda a gente aprendia, e era constantemente contrariada pelos escritores, muitos deles tentados a fazerem «reformas ortográficas», todos concordes em que a existente, tradicional, era caótica...); e a copista empregou-a bem — dentro das normas correntes, o que dá certo nível intelectual à senhora. Este facto é de relevar, pois que a ortografia e a linguagem deste tipo de textos costumam caracterizar-se pela deficiência. Talvez agora me perguntem como o sei, se a culinária esteve sempre fora dos meus interesses. Eu explico já: é que livros de receitas conheço alguns de várias gerações da minha família, além de outros que me têm passado sob os olhos, e que por serem papéis velhos me atraem sempre.

Nas quantidades das receitas foi usado o sistema tradicional, porque o decimal, legalizado em 1852 no nosso País, encontrou ampla e demorada resistência: nem as freiras estariam para actualizar pesos e medidas!

(1) Pelas Trinas e imediações ter-se-ia feito o aldeamento dos pretos, que a designação *Mocambo* parece indicar: a ideia de esconderijo ou isolamento que a palavra, originária do quimbundo, encerra sematologicamente, bem pode pressupor quer a formação compulsória da aldeia, quer a sua procura por gente a quem não era permitida a integração na sociedade. Séculos antes haviam sido criadas as mourarias e as judiarias, núcleos semelhantes, mas fundados obrigatoriamente, conforme penso.

O volume não apresenta grande uso, e não terá tido morosa permanência na cozinha, pois não se lhe notam manchas de gordura ou manuseio.

Quem era, então, a última freira? Além das notas que indiquei acima, vou transcrever o documento citado, manuscrito por ela própria: «Carolina Augusta de Castro e Silva. Filha legítima de Romão José da Silva e de Francisca Maria dos Santos. Nasceu em Lisboa no dia 11 de Janeiro de 1816, foi baptizada na Freguesia do Sacramento. Neta paterna de Paulino José da Silva Barbosa e de Ana Joaquina, e materna de José Gomes da Costa e de Rosa de Viterbo. Quero ser enterrada no cemitério de Odivelas, e não em Lisboa; espero que me façam esta última vontade.»

2. Sobre o convento de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo convirá dizer algo, tanto mais que não é muito quanto se conta sobre a sua existência de dois séculos e tal — embora pareça ter sido famoso enquanto existiu. *Sic transit gloria mundi...* A menos de um século da sua morte como instituição (o corpo envelheceu e amesquinhou-se) pouco se sabe dele. Evocou-o Norberto de Araújo, com aquele estilo ágil, de que tinha o segredo, e que lhe permitia fazer no tom moderno de reportagem a reconstituição dos ambientes e dos acontecimentos, nas suas *Peregrinações em Lisboa* (Livro 7, pp. 21-22) e que vou transcrever aqui, e agora, a fim de os Leitores regalarem o gosto «por estas coisas». Não se diga que *vale a pena* a longa cópia, pois não é *pena*, mas compensação:

«Entre a Rua das Trinas e a Calçada do Castelo Picão fica-nos, à esquerda, a fachada do antigo Convento das Bernardas, casarão enorme, infecto em muito sectores, prédio de rendimento que pesa na rua, como uma triste sombra conventual, e do qual apenas podemos anotar a fachada.

Foi aqui o Convento de Nossa Senhora da Nazaré, das religiosas recolectas da Ordem de Cister ou de S. Bernardo, mais conhecidas pela designação popular de «bernardas», nome que por extensão passou ao mosteiro. Começou em 1653 por ser um recolhimento de mulheres penitentes, e logo convertido em convento por diligências de Frei Vivardo de Vasconcelos. Foi primeira abadessa a madre Antónia Moniz, de S. Bento de Arouca. A igreja ficava num pavimento superior ao piso do adro, sobre a escadaria, única de Lisboa nestas condições. O Terramoto arruinou completamente o Convento e Igreja, que foram reconstruídos. Em 1834, com a extinção das Ordens, o casarão conservou-se ainda com carácter religioso até à morte da última freira. Depois foi

comprado por Joaquim Lopes Carreira⁽²⁾, que nele fundou o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, cujo dístico, sobreposto na moldura escultural da porta da fachada, podes ver como se tivesse sido colocado ontem. Àquele Colégio sucederam-se outros, e, entre eles, um Liceu Politécnico particular. Os proprietários do imóvel têm sido muitos. Hoje pertence a António Amaral.

Como observas, a frente desta inexpressiva edificação tem certo carácter, servido o adro por escadaria desdobrada em dois lances laterais. O grupo escultórico que sobrepuja a porta é interessante. Mas não há mais que analisar.

Penetremos no casarão, a título de curiosidade, hoje habitado por muitas dezenas de famílias pobres, oferecendo, apesar de algumas reparações que lhe têm sido feitas, um desolador aspecto.

Logo à esquerda do átrio, encontramos a casa que corresponde à igreja: teve cinema, teatro de amadores, foi sede de uma filarmónica, e tem sido depósito de materiais. Esteve destelhada durante muito tempo; creio que foi a Câmara que obrigou o proprietário a realizar essa obra elementar. Vê-se ainda o antigo coro, entaipado de tijolos.

Passemos ao claustro. É triste, sujo, quase que humilhante para quem entra.

É bem certo: a humildade, entregue a si própria, exagera pela insensibilidade as precárias condições económicas e perde a beleza pura de que se podia revestir. Se isto é assim, Dilecto, tens aqui, como por todo o casarão, um exemplo confrangedor.

(2) O nome completo era Joaquim Lopes Carreira de Melo, e tem referências pouco amáveis na correspondência trocada entre Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva, de Outubro de 1860 a Janeiro de 1868. Esses documentos foram publicados com anotações de Álvaro Neves e notícia preliminar do Prof. A. do Prado Coelho, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1928, sob um título constituído pelos nomes do ilustre historiador e do notável bibliógrafo. Aí se fala de Carreira de Melo nas pp. 14, 21, 30, 31, 33, 34, 42, 50, 51, 53, 54, 71, 75 e 86, quer na prosa de Teófilo quer na de Inocêncio: tudo nasceu de uma violenta polémica entre Carreira de Melo e o autor do *Dicionário Bibliográfico*, iniciada em Setembro de 1860, e na qual também o futuro Chefe do Estado interveio, terçando armas por Inocêncio. Na p. 30 este último diz: «...aquele impertinentíssimo paspalhão, que não valendo pela sua pessoa uma pitada de tabaco, vale contudo alguma coisa, porque é possuidor do edifício do extinto convento das Bernardas, onde tem, segundo ele diz, cento e vinte e sete educandos, que o mesmo quer dizer que há cento e vinte e sete papalvos que lhe confiam os filhos, para ele os educar e ensinar-lhes as artes e ciências pelos seus apuradíssimos compêndios! Além disto, tem caleche, e aspira a coisas muito mais altas...» (pp. 30-31). A carta donde faço a transcrição é datada de 13 de Dezembro de 1860, pelo que neste ano já o convento fora vendido pelo Estado, sendo seu primeiro comprador Carreira de Melo (1816-1885, com biografia na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, professor e escritor didáctico). [Notas de P. C. S.].

É quadrado o claustro, com cinco ordens de arcadas por lado; ao centro ainda o recinto recebe um pouco de sol, única higiene que visita o casarão de rendimento.

Retomemos a jornada; confesso que talvez não tivesse valido a pena entrar aqui.»

A propósito da moradia destas religiosas bernãrdas da Esperança, Júlio de Sousa e Costa, também evocador de cuidada informação e alegre estilo da nossa História, nos diz (*Memórias do Capelão dos Marialvas*, Lisboa, 1940, p. 114, nota) que «Em 1889 funcionou lá o Colégio Lisboense, dirigido pelo Sr. Frederico Vilar. Tinha uma entrada pela Calçada do Castelo Picão.» Eis um apontamento complementar do que andámos a bisbilhotar aqui e além e que servirá para a «biografia» moderna do velho edifício seiscentista. Decerto que não vou lamentar a transferência de funções dos antigos casarões (conventuais ou palatinos), que tendo servido a poucos passam a ser úteis para muitos (para serviços oficiais ou como casas de habitação): socialmente é mais justo, o que desculpa *quase tudo*. O que lastimo é a degradação «física» dos edifícios, a perda ou aviltamento das suas decorações (paredes de azulejos, portas, janelas e tectos ornamentados), as suas capelas — lugares sagrados — envilecidos por aplicação desonesta ou infamante (agora me está lembrando, exemplo entre outros, o tempozinho do Espírito Santo, em Benfica, que passou a cocheira!). Sem lá ter ido, ao convento das Bernardas, senti o mesmo que o bom Norberto de Araújo — aquela desolação gravada na última frase.

Desconheço, pois, quando o edifício passou à posse definitiva do Estado, mas, como vimos, antes de Dezembro de 1860. É possível que com o gradual desaparecimento inevitável das freiras pela morte, algumas saíssem para outras casas da Ordem, decerto horrorizadas com a perspectiva de se ser a derradeira. Quem veria, já não digo naturalmente, mas com serenidade, a lenta caminhada para a solidão absoluta, a morte em vida da comunidade, como paciente que aguarda, em plena consciência, a passagem da barreira final? Quando penso no objectivo generoso da Lei, consentindo a permanência das monjas nas suas casas conventuais «até o fim», reconheço como são frágeis, frequentemente, os raciocínios humanos e como «de boas intenções está o Inferno cheio».

Creio que D. Carolina Augusta (sou levado a tal por subtilezas do pensamento) terá abandonado Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo tempos antes da ocupação pela Fazenda Pública, e instalar-se-ia na casa

irmã das freiras bernardas de Odivelas — terra a que se dedicou por tal forma que nela quis repousar para sempre, como vimos.

3. Notemos agora algo sobre o mosteiro de Odivelas. O edifício, tornado tão famoso no decorrer dos tempos, começou a ser construído no dia 27 de Fevereiro de 1295, com cerimónia inaugural, digna da circunstância, onde avultava a Família Real. Entre os presentes ocupava, pode bem supor-se, lugar de honra a primeira abadessa (decerto a primeira freira) D. Elvira Fernandes. Durante uma década, a comunidade aguardou a localização definitiva na sua casa, e durante seis séculos a grande missão — piedosa, caritativa e cultural — cumpriu-se com o rigor que a graça de Deus e a imperfeição humana consentiram.

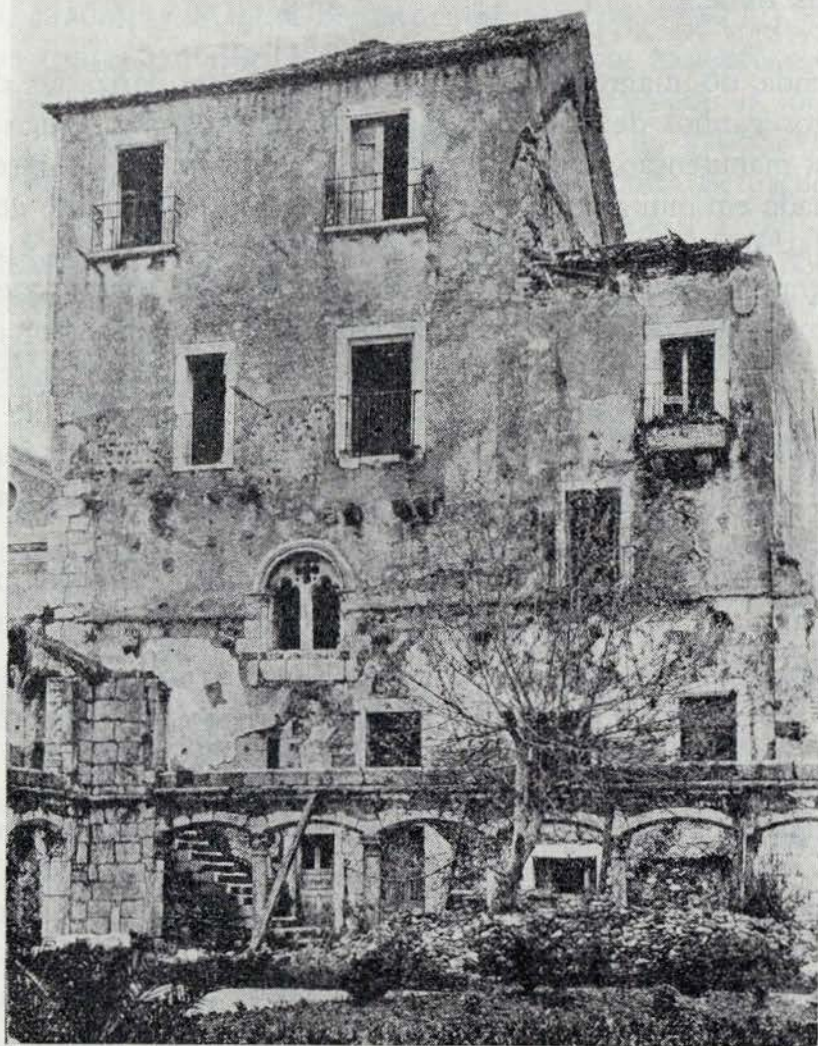
Nos anos que decorreram de 1295 a 1305, as freiras viveram numa habitação mística das obras para a instalação do convento, pertencente a D. Dinis, e que fora o centro das propriedades agora cedidas à comunidade. Com todas as imagináveis modificações feitas no transcurso dos séculos (e teve sua imponência como se vê pelo importante documento reproduzido junto) chegou a 1922, ano em que ruiu e desapareceu. Já se encontrava a augurar o seu fim desde há muitos decénios. Na gravura observa-se, bem definida, uma janela geminada gótica (havia outra no lado oposto) e ainda uma galeria de arcos abatidos — circunstâncias que dão ao conjunto, embora decadente, um tom antigo e respeitável⁽³⁾, que se nos impõe como acontece com certos mendigos, apesar de malroupados.

Alguns nomes, que nos habituámos, por justiça, a admirar ficaram vinculados à história desta instituição, além de D. Dinis e D. Isabel: D. Filipa de Lencastre, rainha, D. Filipe de Lencastre, sua neta, que se notabilizou na Poesia, a princesa Santa Joana, Gil Vicente, a rainha D. Catarina de Inglaterra, o Padre António Vieira.

A extinção das ordens religiosas em 1834 proporcionou a dolorosa queda da comunidade bernarda de Odivelas. Permitida a permanência nos edifícios conventuais até à morte da última freira, reconsideremos no drama tremendo dessas pobres mulheres, sujeitas à visão acabrunhante de um horizonte cada vez mais limitado pelas dificuldades materiais, pelo envelhecimento, pela morte, pela certeza de um fim pior do que a morte:

(3) Fotografia de um bilhete postal obtida talvez por 1920, que foi amavelmente emprestada ao autor pela Ex.^{ma} Senhora D. Maria Gomes da Silva Santos.

Odivelas. Antiquíssima e historica casa de D. Diniz



o desaparecimento sem glória da grande missão. Já Herculano disse, falando das freiras do Lorvão:

«No mosteiro sumptuoso, vasto, alvejante, com um aspecto exterior quase indicando opulência, é que não há pão, mas só lágrimas. Lorvão é pior de que um carneiro, onde se houvessem metido vinte esquifes de catalépticos, selando-se para sempre a lájea da entrada. O cataléptico,

fechado no seu caixão, ouve, sente, tem a consciência de que foi sepultado vivo. Nas trevas e na imobilidade, o terror, a desesperação, a falta de ar matam-no em breve: a sua agonia é tremenda, mas não é longa. Aqui é outra coisa: aqui vê-se por entre as grades de ferro a luz do céu, a árvore que dá os frutos, a seara que dá o pão, e tudo isto vê-se para se ter mais fome.»

À venda do magro recheio que ficara da secularização dos bens, e aos vagos ganhos de trabalhos incertos que as freiras poderiam fazer para a sua manutenção, deve juntar-se a continuação de uma tarefa lucrativa, afamada em muitas casas religiosas, e com que o convento de S. Dinis de Odivelas aumentara o seu prestígio: a doçaria. A presença actual na terra da tradição doceira, agora industrializada, faz pensar que durante anos as componentes da comunidade tenham continuado com o fabrico e a venda das suas habilidades culinárias. De resto, esta hipótese é perfeitamente aceitável, se nos lembrarmos do que conta Pastor de Macedo: que em 1846, as freiras dos conventos de Santa Marta, de Santa Ana, da Esperança e do Salvador permaneciam na concorrência aos confeitores lisboetas.

Apesar de tudo, as irmãs de Odivelas estavam cada vez mais próximas da miséria: em 1886, o *Diário de Notícias* publicava um apelo à caridade pública⁽⁴⁾...

E de resto a casa teria de ser abandonada. Os serviços públicos dela necessitavam para sua instalação, e ao mesmo tempo (podemos calcular) as condições de habitabilidade iriam diminuindo. D. Carolina Augusta sentiu-se tentada a sair, e viveu o resto da sua existência com uma pensão do Estado. Passava sem dificuldades, já porque as suas ambições, limitadas decerto pela sobriedade dos hábitos, com pouco se satisfariam, já porque possuía bens, naturalmente herdados, conforme me informaram.

A lei da extinção das ordens religiosas... não as extinguiu! Era difícil e era de supor. As mulheres e as raparigas portuguesas que queriam professar iam fazer o noviciado e os votos a conventos estrangeiros, donde regressavam à Pátria. Fazerem clausura clandestina ser-

(4) Para as informações de carácter histórico leia-se o belo folheto intitulado *O Instituto de Odivelas*, Lisboa, 1969, escrito pela Dr.^a Carlota Abrantes Saraiva. Será bom ponto de partida para quem queira dedicar-se ao alicianante tema — que é a história do mosteiro. Depois consulte-se Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana* (Quinta parte); e Manuel Bernardes Branco, *As Minhas Queridas Freirinhas de Odivelas*, Lisboa, 1886, obra útil, embora tenha que se lhe diga...

-lhes-ia fácil, não só porque continuavam a existir casas religiosas femininas (a maioria terminou pelos fins do terceiro quartel do século XIX, tendo-se entretanto criado outras, mal disfarçadas em recolhimentos ou centros de educação de meninas), mas também porque as autoridades sofriam de cegueira voluntária.

Segundo o testemunho de Marianne Baillie, *Lisbon in the years 1821 and 1823*, citado por Manuel Bernardes Branco (pp. 120-122), eram vinte e cinco as freiras em Abril de 1823, número bem modesto confrontado com as 300 dos tempos joaninos. Passadas duas décadas, no entanto, a quantidade não teria diminuído (apesar da lei da extinção de 1834) pois que por meados do sexto decénio do século (contra Bernardes Branco, p. 301): «teve o patriarca de Lisboa, Guilherme, de ir a Odivelas, onde havia o diabo por causa de estarem as freiras divididas em dois bandos, querendo cada um deles sua abadessa, e não querendo nenhum dos partidos ceder ao outro. Dizia este patriarca que preferia comandar um corpo de mil homens a ser abadessa naquele mosteiro.»

Será forçar muito a nota admitir que menos de duas dúzias de freiras obrigavam à deslocação de um patriarca e à sua declaração, meio irónica meio realista, das dificuldades de governá-las. E daí...

Contudo, pouco antes destas desinteligências — exactamente em 1852 — a então abadessa D. Francisca Rosa da Fonseca (reeleita por vários triénios... e por cujo afastamento se terá dado, talvez, a referida «revolução») realizou no convento um abadessado, como veremos, que manifesta certa segurança de vida.

Em 17 de Junho de 1886 «os jornais portugueses anunciaram a morte da última freira e abadessa de Odivelas, D. Bernarda da Encarnação Correia, natural da vila de Alenquer...», frase esta com que Bernardes Branco principia a parte quarta do seu livro. De facto, com maior sobriedade ainda, o *Diário de Notícias* dessa data (uma quinta-feira) informava os seus leitores, sob o título *A última abadessa*: «Sepultou-se ontem a última freira do convento de Odivelas. Era a abadessa.» Esta frieza para tal acontecimento impressionou-me, mas no dia seguinte, o mesmo jornal trazia extensa notícia, de que vou copiar os períodos de maior interesse, pois os referentes à história da comunidade não valem a reprodução. O título tem o seu quê de palpitante: *Acabou de facto o mosteiro de Odivelas*. Segue: «O enterrar da última freira, a abadessa, como ontem noticiámos, concluiu de facto a vida do antigo mosteiro, que a lei geral há muito havia abolido, e lá se foi o último elo de uma cadeia de longas tradições religiosas e galantes, que o edifício e a crónica escrita e verbal

ficarão a pregar por esses séculos além. Os poéticos outeiros nunca esquecerão, os amores dos reis, as lendas românticas.

.....
Faziam magníficos doces as freiras de Odivelas, doces de que se perderiam as receitas como as de quase todos os produtos preciosos de cozinha e de copa de todos os conventos do reino, se algumas seculares as não tivessem herdado, como aqui acontece à famosa marmelada. E pena é não se possam coleccionar sistematicamente pelo reino estas verdadeiras preciosidades que representam um tão valioso capital de conhecimentos das artes de cozinha, de copa e de confeitaria e ainda muitas outras artes.

Ainda em 1852, sendo então abadessa já reeleita por vários triénios a madre D. Francisca Rosa da Fonseca que tinha em sua companhia uma gentil sobrinha, exímia pianista, chamada D. Maria José da Fonseca e prima direita do Sr. João Maria Baptista da Fonseca, contador aposentado do tribunal de contas, se realizou um brilhantíssimo abadessado⁽⁵⁾, na grade abadessal, em que tomou parte a Sr.^a D. Maria Carlota Anchieta, e o brigadeiro Anchieta, seu irmão, tocando um dueto de oboé e piano. A falecida abadessa, D. Carolina, cantou então várias árias e cavatinas.»

O articulista do *Diário de Notícias* já faleceu, decerto. Poderíamos agora descansá-lo, como sabemos. As receitas de Odivelas ficaram. Só é pena que, prevendo embora todos os cuidados, delas exista apenas um exemplar manuscrito. Mas quem o policopiará?⁽⁶⁾

(5) Para os menos familiarizados com velhos costumes, tomo a liberdade de esclarecer que se dava o nome de abadessado às festas comemorativas da eleição de uma abadessa. Normalmente tais cerimónias prolongavam-se, conforme a tradição ou as circunstâncias do momento, por um número de dias variável, claro. Em cada serão realizavam-se os famosos outeiros, que no mosteiro de Odivelas tiveram celebridade; este, referido na notícia transcrita, deve ter sido o último, mas noutros conventos, ainda florescentes, houve outeiros muito mais tarde: fala-se de um, no Porto, em que interveio Guerra Junqueiro, nascido em 1850, e que portanto, se terá realizado uns vinte anos depois. Durante os outeiros faziam-se sessões de poesia e música, distribuíam-se doces e vinhos, premiavam-se os vencedores das glosas aos motes apresentados. O local podia ser o espaço amplo do pórtico ou o do pátio, iluminado exuberantemente.

Com a democratização da arte, em geral, desde os fins do século XVIII, e pelo decorrer da primeira metade do século XIX, o amadorismo burguês e popular tomou extraordinário desenvolvimento e principalmente a música e a pintura de origem culta estendem-se a várias escalas sociais e particularizam-se. No caso que nos interessa, a propósito do abadessado *musical* de 1852, em Odivelas, lembro que a centúria de oitocentos permite falar de música religiosa, de concerto, teatral, militar, popular (em que avultam as bandas) — e dos serões burgueses de amadores, tão ridiculizados na literatura, mas tão expressivos de dignificação sentimental e artística.

(6) O autor aproveita a oportunidade para citar a significativa razão de D. Manuel I, no diploma onde ordena que se faça a *Leitura Nova*: «É por ser coisa por toda a razão mui devida e bem considerada que as semelhantes obras ficassem em conservada memória

A local do *Diário de Notícias* precisa, todavia, de um comentário: Nela se fala da «falecida abadessa, D. Carolina». Ora, Bernardes Branco chamou-lhe D. Bernarda da Encarnação Correia, natural da vila de Alenquer, e creio que ele tem razão, pois o seu esclarecimento é mais pormenorizado. Deve ter acontecido que o jornalista confundiu a última abadessa com a última freira, esta então ainda viva, mas já habitando fora do convento: a *nossa* D. Carolina Augusta de Castro e Silva. A suposição de que a derradeira freira era exactamente a abadessa, acabada de falecer, teve-a também o historiador. Mas o facto de D. Carolina Augusta já não permanecer no convento não significa que tenha deixado de ser *madre* Carolina, admito eu.

Desconheço se esta senhora cantava (tenho apenas a informação de que havia um piano em sua casa); mas se assim fora, bem poderíamos admitir que tal circunstância tivesse contribuído para a troca de nomes e de personalidades feita pelo jornalista do *Diário de Notícias*.

D. Carolina Augusta de Castro e Silva faleceu em Odivelas, aos 93 anos, em 16 de Abril de 1909. A congregação, iniciada «oficialmente» com o começo das obras em 27 de Fevereiro de 1295, atingia o seu fim com o desaparecimento da última freira. Entre as duas datas contam-se 614 anos, um mês e três semanas. Tanto durou a comunidade de Odivelas.

4. Conforme disse, o volume compõe-se de três cadernos, o primeiro com 96 receitas, o segundo com 92 e o terceiro com 21 — num total, pois, de 209. São, na maioria, receitas culinárias, com vasta abundância de doces, e algumas utilitárias — neste caso, para tintas de escrever e de marcar roupa, para goma, para destruição das toupeiras e para conservação das bichas (sanguessugas), para graxa de lustro; as receitas para hemoptises e ataques de asma foram extraídas de uma revista (cujo nome não é indicado) e são da autoria do Dr. Schroeder (7).

Ora eu não vou aguar o apetite dos meus amáveis, por incansáveis, ouvintes com a reprodução do receituário de algumas guloseimas odivelenses. Basta que lhes diga que os mais célebres doces do Mosteiro,

e exemplo dos sucessores, porque sabendo o passado ordenariam melhor o presente.» E também é bom recordar o conselho de Inocêncio a Júlio de Castilho: «Que mal fazem estes maços de papéis? Comem alguma coisa? Deixá-los viver em paz; são no seu tanto uma página de História; obscura sim, mas História. Aprenda comigo.» E o ilustre autor da *Lisboa Antiga* termina: «E aprendi.»

(7) A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* dá notícia de quatro médicos oitocentistas, três alemães e um holandês, com este apelido.

segundo a bibliografia que consultei, e que durante séculos aumentaram a estatística diabética do País, são desvendados neste livro com facilidade igual à que o «Abre-te, Sésamo!» permitia a entrada no rochedo: agora se sabem as quantidades exactas, conforme o sistema tradicional de pesos e medidas, ou o *quantum satis*, que só o talento culinário ou a mão experimentada deixavam conhecer, para o fabrico do bolo podre, do doce de abóbora, do doce de cidra, dos esquecidos, dos fartes, dos ladrilhos ou quartos de marmelada, do manjar branco, do manjar real, dos suspiros e dos tabefes.

E como o meu gosto linguístico foi despertado pelas designações das doçuras freiráticas, aqui me disponho a organizar a sua classificação.

São designações naturalistas, isto é, de acordo com os principais componentes ou continentes, aspectos e forma, tais como, *abóbora de covilhete*, *argolas de amêndoa*, *biscoitos de ovos*, *açúcar rosado*, *bolos fofos*, *bolos pardos*, *perada em bocados*, *pudding da panela*, *quartos de marmelo*; são designações fantasiosas, por exemplo, *bolos e ovos de amor*, *bolos celestes*, *papos de anjo*, *pastelinhos de boca de dama*, *sonhos*, *suspiros*, *esquecidos*; são designações toponímicas, deste modo: *bolo folhado de Santa Marta*, *bolos do Calvário*, *bolos da Esperança*, *bolos das freiras de Lagos*, *bolos do Nicola*, *bolos de raiva do Rato*, *capilé de França*, *fatias da China* (talvez nome de fantasia), *limonada de Santa Clara*, *manjar branco do Convento de Celas de Coimbra*, *nabada de Semide*, *orchata do Convento de Santa Clara de Coimbra*, *queijadas de Mafra*, *tabefes de Odivelas*, *toucinho do Céu de Lamego*; há uma reminiscência literária no antropónimo feminino Fílis — *o bolo Fílis* — que nos leva à literatura de gosto barroco; e há uma designação desconcertante, por negativa: *bolos sem amêndoa!*

E para que de toda esta parlenda, com que tenho desafiado a resistência dos ouvintes, não fique apenas a grave recordação das minhas palavras, vou terminar com a leitura, precedida de brevíssimo comentário, de um delicioso poemeto de Frei Jerónimo Baía — *Ao Menino Deus, em Metáfora de Doce* ⁽⁸⁾.

A poesia, que o próprio autor classifica como «romance», enquadra-se na *Fénix Renascida*, e constitui um notável exemplo da musa cultista, em que o jogo de palavras é dominante. Como se verá, trata-se de um diálogo entre alguém que vende doce e alguém que compra. O *doce* é, no caso, o próprio Menino Jesus. O autor, aproveitando as designações populares

(8) Transcrito de *A Poesia Lírica Cultista e Conceptista*, com prefácio e notas de Hernâni Cidade, colecção «Textos Literários. Autores Portugueses». Lisboa, 1938, pp. 7-9.

de conventos lisboetas, conta, por elas, a vida divina de Cristo: os indícios da vinda do *Salvador*, muito antes de nascer *Santa Ana*; dá-se a *Anunciada* e logo a *Encarnação*, por muito tempo mantida na *Esperança*, até que o Menino sai da *Madre de Deus*, a fim de ser visto às *Claras*; no *Calvário* acabará a vida terrena, e manter-se-á entre os Homens no *Sacramento*. Todas estas casas conventuais eram conhecidas pela sua doçaria, o que provoca a ternura imensa que envolve o «doce infinito». E pelo decorrer do texto, deparam-se-nos várias referências metafóricas com gulodices freiráticas: *fruta doce*, *doce coberto*, *manjar divino*, *morgado*, *caramelo*, *farte*, *pão com espécies*, *manjar real*, *manjar branco*, *manjar dos Anjos*, *pão de ló*. Pois, Senhoras e Senhores, de quase todas estas guloseimas *tenho* receita!

E agora leiamos:

— Quem quer *fruta doce*?

— Mostre lá! Que é isso?

— É *doce coberto*,
É *manjar divino*.

— Vejamos o doce,
E depois que o virmos,
Compraremos todo,
Se for todo rico.

— Venha ao portal logo;
Verá que não minto,
Pois de várias sortes
É doce infinito.
Desculpa, minha alma.

— Mas ah! que diviso?
Envolto em mantilhas
Um Infante lindo!

— Pois de que se admira,
Quando este Menino
É *doce coberto*,
É *manjar divino*?

— Diga o como é doce,
Que ignoro o prodígio.
— Não sabe o mistério?
Ora vá ouvindo:
Muito antes de *Santa Ana*
Teve este doce princípio,
Porque já do *Salvador*
Se davam muitos indícios.
Mas na *Anunciada* dizem
Que houve mais expresso aviso.
E logo na *Encarnação*
Se entrou por modo divino.
Esteve pois na *Esperança*
Muitos tempos escondido,
Saiu da *Madre de Deus*,
Depois às *Claras* foi visto.
Fazem dele estimação
As freiras com tal capricho
Que apuram para este doce
Todos os cinco sentidos.
Afirmam que no *Calvário*
Terá seu termo finito,
Sendo que no *Sacramento*
Há-de ter novo artifício.
Que seja doce este Infante,
A razão o está pedindo,
Porque é certo que é *morgado*,
Sendo unigénito Filho!
Exposto ao rigor do tempo,
Quando tirita nuzinho,
Um *caramelo* parece
Pelo branco e pelo frio.
Tal doce é, que porque *farte*

Ao pecador mais faminto,
Será de *pão com espécies*,
Substantial doce divino.
É manjar tão soberano,
Regalo tão peregrino,
Que os espíritos levanta
Tornando aos mortos vivos.
Tão delicioso bocado
Será de gosto infinito,
Manjar real, verdadeiro,
Manjar branco parecido!
Que é *manjar dos Anjos*, dizem
Talentos mui fidedignos,
Por ser *pão de ló*, que aos Anjos
Foi em figura oferecido. ⁽⁹⁾

⁽⁹⁾ O itálico é da responsabilidade do comentador. — Posteriormente à entrada do original na tipografia, soube que no Instituto de Odivelas se voltou a fabricar a famosa marmelada conventual, segundo a receita antiga, para graça de presentes e para lucros destinados a beneficência. Linda ideia e belos propósitos!

Breve evocação do lisboeta Monterroio Mascarenhas, criador do jornalismo português de ampla informação

pele ENG. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

NÃO se justificaria que, na ocorrência do 3.º centenário do nascimento de José Freire de Monterroio Mascarenhas, não fosse evocada a sua figura e a notável iniciativa a que se abalçou: fundar e publicar durante quarenta e cinco anos a *Gazeta de Lisboa* (1715 a 1760), o primeiro periódico português que logrou, contrariamente ao verificado com folhas anteriores, manter-se em tão dilatado período, bem como apresentar características diversas dessas suas precursoras; não se justificaria, em face do interesse que o Grupo «Amigos de Lisboa» tem patenteado pelo nosso jornalismo de antanho, ou seja, pelo jornalismo lisboeta.

Aceitei, por isso, o honroso e como sempre muito amável convite que o ilustre Presidente da Junta Directiva, Sr. Doutor Eduardo Neves, se dignou dirigir-me para pronunciar algumas palavras nesta sessão. Pequeno contributo para facto notável; mas com as restritas notas, que coligi, assinala-se uma data e uma iniciativa lisboetas, que assim não ficarão esquecidas. Os meus agradecimentos ao nosso Ex.^{mo} Presidente.

José Freire de Monterroio Mascarenhas, senhor de sólida cultura e de invejável operosidade, tornou-se um dos nossos mais fecundos autores, tendo legado vastíssima bibliografia. Ausente de Portugal durante uma década contada a partir de 1793, isto é, quando perfizera vinte e três anos, pôde ampliar seus conhecimentos nos principais países europeus. Lá fora, iniciou a carreira de escritor com a publicação de várias obras, quer em francês quer na sua língua natal.

Após o regresso à Pátria, actuou como capitão de cavalaria no exército do Marquês das Minas, entrando nas campanhas da Guerra da Sucessão de Espanha, de 1704 a 1710, o que lhe permitiu escrever pormenorizada obra em cinco volumes, uma das suas produções que não chegou a ser impressa.

Monterroio, que no estrangeiro observara o êxito das folhas noticiosas periódicas, tendo em atenção que em Portugal já tinham sido editadas as *Gazetas* e depois os *Mercúrios*, embora de saída irregular e quase só consagrados aos sucessos da Guerra da Restauração, planeou e conseguiu dotar o nosso meio com uma publicação estável, de noticiário geral, cujo primeiro número apareceu em 10 de Agosto de 1715. O último saiu em 31 de Janeiro de 1760. Foi a morte do seu incansável criador e proprietário que ocasionou o fim destas folhas, vulgarmente designadas por *Gazetas de Monterroio*. Esta arrojada iniciativa editorial marca indiscutivelmente o nascimento do jornalismo português de ampla característica noticiosa geral.

O ilustre lisboeta possuía uma das qualidades essenciais a um jornalista, muito especialmente a um jornalista desejoso de conhecer e comentar a vida social internacional: dominava perfeitamente muitas línguas. Na vasta relação das suas obras, figuram versões do espanhol, francês, inglês, holandês, alemão, italiano e latim...

O título que Monterroio deu ao seu periódico, iniciado como semanal, foi o de *História Anual, Cronológica e Política do Mundo*. O primeiro número saiu num sábado e continuou a aparecer com regularidade em igual dia de todas as semanas, tendo sido logo no segundo número mudado aquele título para *Gazeta de Lisboa*. O privilégio real referente a esta publicação fora concedida a António Correia de Lemos, mas Monterroio foi incontestavelmente o seu redactor e proprietário.

Para acentuar a diferença entre as citadas *Gazetas* e *Mercúrios* do século XVII e a *Gazeta de Lisboa* de 1715, recordarei alguns pormenores verificados na edição de todas estas folhas. Devo ainda lembrar que, em parte, este assunto foi tratado pelos «Amigos de Lisboa», como se verifica pelas alusões que, no seu Boletim, lhe foram feitas, designadamente por Alfredo da Cunha em *Olisipo, Berço do Periodismo Português* e no artigo *Gazetas, Gazeteiros e Gazetógrafos Olisiponenses*. Também me ocupei da *Gazeta*, denominada «da Restauração», ao tratar do seu iniciador, o tão celebrado Manuel de Galhegos.

Disse então ser digna de especial referência a concessão, feita a este escritor, do privilégio de impressão e venda da *Gazeta, em que se relatam*

as novas todas, que houve nesta corte, privilégio dado com todas as reservas do costume e sem limitação de tempo. O alvará desta mercê foi expedido em 14 de Novembro de 1641, mês em que saiu o primeiro número da mesma folha, que deve reconhecer-se como o mais antigo periódico português, visto as *Relações*, de Manuel Severim de Faria, aparecidas em 1625, e várias outras publicações de idêntico ou equivalente fim, como *Papéis Volantes*, *Notícias Avulsas*, etc., maior valor não apresentarem que o de simples precursoras da *Gazeta*, sem a regularidade desta.

A Lisboa — escrevi a propósito — cabe não só a honra de ter sido o berço da Imprensa portuguesa, mas também a de um seu muito ilustre filho haver assumido participação de relevo em tão notável empreendimento. Aliás, não se conhece rigorosamente a parte que Manuel de Galhegos terá tomado na redacção do noticiário, que D. António Caetano de Sousa chegou a atribuir a D. João IV. Passado algum tempo, foi proibida a impressão das *Gazetas* «em razão da pouca verdade de muitas, e do estilo de todas». Não pode, no entanto, negar-se que os números publicados sob responsabilidade de Galhegos constituíram excepcional meio de propaganda da independência nacional restaurada.

Inicialmente, a *Gazeta* era mensal, periodicidade que se manteve desde o seu aparecimento, em Novembro de 1641, a Julho do ano seguinte. A sobredita proibição, de 19 de Agosto de 1642, interrompeu a sua impressão, mas logo em Outubro seguinte reapareceu, tendo nesse mês saído dois números, o que também sucedeu em Novembro e Dezembro. Novas interrupções se notaram depois. Do ano de 1647 conhece-se ainda um número, possivelmente o último.

Surgiram depois os *Mercúrios*, o primeiro dos quais no ano de 1663, sendo seu redactor o Secretário de Estado António de Sousa de Macedo. Título exacto: *Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal e Castela*. Ainda saíram em 1667, organizados por autor anónimo.

Mas a *Gazeta* fundada em 1715 por Monterroio Mascarenhas e por ele dirigida e mantida até à morte no ano de 1760, apresentou sempre as características de jornal informativo, abarcando todos os acontecimentos, isto é, norteou-se pelos fins visados pela Imprensa mais avançada do seu tempo. Foram 45 anos da mais progressiva orientação! Reconheçamos a prioridade da *Gazeta* de 1641 na conquista da honrosa denominação de iniciadora do nosso Jornalismo, e louvemos sua benemérita e patriótica acção, mas outorguemos a Monterroio a glória de haver iniciado, entre nós, a verdadeira actividade jornalística, como hoje a consideramos. Também o facto se produziu na Capital e foi devido a um lisboeta!

HISTORIA ANNUAL,

CHRONOLOGICA, E POLITICA
do Mundo, & especialmente

DA

EUROPA,

ONDE SE FAZ MEMORIA DOS NASCIMENTOS,
despojos, & morte de todos os Imperadores, Reys, Principes,
& pessoas consideraveis pela sua qualidade, e empregos; en-
contros, sitios de Praças, & Batalhas terrestres, & navaes;
vistas, & jornadas de Principes, Tratados de Alian-
ça, tregoa, & paz,

*Cem todas as mais accoens militares, & civis, negociaçoens politicas, &
sucessos mais dignos da attençaõ, & curiosidade.*

PARTE I.



LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de PASCOAL DA SYLVA,
Impressor de Sua Magestade.

Cem todas as licenças necessarias, Anno 1715.

Frontespicio para o 1.º volume das Gazetas de Monterroio

A par dos seus trabalhos relativos à *Gazeta de Lisboa*, Monterroio de Mascarenhas, manifestou extraordinária actividade como escritor até final da existência, não obstante o seu falecimento se ter verificado quando ia atingir noventa anos. Sem intenção de apresentar extensa relação das suas obras, limito a seguinte citação às principais, com títulos reduzidos; aliás, referências minuciosas deram-nas Barbosa Machado e Inocêncio. Em face delas, pôde escrever um panegirista do criador da *Gazeta de Lisboa*: «É enorme, não é verdade, esta colecção formidável de folhetos (e outras produções), o último dos quais é escrito por um homem de 89 anos de idade, que tantos contava José Freire de Monterroio Mascarenhas? Pois ainda deixou imensa quantidade de obras manuscritas, entre as quais avultam como principais a *História da Guerra da Sucessão de Espanha*, que devia abranger cinco volumes, e a *Genealogia das Famílias de Portugal Comprovada com Documentos*, que compreendia 24 tomos *in folio*! Que infatigável pena a deste patriarca do jornalismo português! Era, além disso, membro de quase todas as academias e associações literárias do seu tempo, tais como a dos *Únicos*, dos *Canoros*, dos *Generosos*, dos *Anónimos*, dos *Aplicados*, da *Academia Escalabitana*, etc.» Certamente, muitas outras homenagens lhe foram prestadas; mesmo hoje, o seu nome não está esquecido: ainda recentemente a Ex.^{ma} Câmara Municipal o incluiu na toponímia citadina, tendo escolhido para o efeito uma das novas artérias da zona das Amoreiras.

Eis alguns dos títulos das suas obras impressas, cujo número atinge 128 espécies, na maioria hoje raras:

No ano de 1715 (em que apareceu o primeiro número da *Gazeta*):

O Tratado de Paz de Utreque;

O Tratado de Paz de Baden;

Relação Histórica da Enfermidade e Morte de Luís XIV.

Em outros anos:

Relação dos Progressos das Armas Portuguesas no Estado da Índia, no ano de 1713;

Idem, nos anos de 1714 e 1716;

Eclipse da Luz Otomana (e outras obras sobre a acção dos exércitos comandados pelo célebre Príncipe Eugénio);

NOTICIAS

D O

ESTADO DO MUNDO.

Sabbado 10. de Agosto de 1715.

ALEMANHA, E TURQUIA.



ELAS noticias da Corte de Viena se sabe, que o Emperador dos Turcos continua os seus aprestos militares contra a Europa, que tem repartidas as suas forças em tres corpos, hum acampado na Provincia de Dalmacia contra os Monte-Negrinos, Povos habitantes das montanhas de Albania nas vizinhanças do Rio Negro, os quaes negandolhe a obediencia de vassallos destruirão depois alguns Baxás, que com hum grosso de gente determinavaõ castigallos; outro nas fronteiras da Morea contra a Republica de Veneza; & o terceiro junto a Choczim nas vizinhanças de Polonia. As suas forças navaes se achavaõ juntas no Porto de Castellorosso, compondose de trinta & duas fragatas, vinte & oito Galeassas, & alguns Brulotes, esperando ainda alli os navios auxiliares de Barbaria, & os Brulotes q̄ ficarão nos portos do Archipelago. A Republica de Veneza tem feito todos os aprestos necessarios para rebater esta guerra: a sua armada naval se achava no porto da Ilha Andros, esperando a chegada das Galês do Papa, & da Religião de Malta, com as quaes se considera tam forte como a Ottomana. A 18. de Junho partio de Veneza Monsieur Loredano na nao chamada Rainha do mar, com hũ comboy em que vaõ quantidade de provisões, 1500. homens, & 110U. ducados em ouro, & prata para o exercito de Levante; & se preparava outro Comboy, que terá escoltado por dous navios novos de oitenta peças cada hum. O Serafckier de Negroponte ha tentado muitas vezes a senhorearse do Isthmo de Corintho, para franquear a entrada da Morea às tropas Otomanas, mas em todas ha sido rechaçado, & constringido a retirar-se sem o conseguir. Dizem q̄ o Papa dará 1000. homens aos Venezianos, para se empregarem na guerra contra os Turcos. As Cartas de Andrinopoli de 12. de

A

Mayo

Primeira página do 1.º número da Gazeta, de 1715

Novo Triunfo da Religião Seráfica;
Publicação de um Novo Prodígio de Santo António;
Oração Panegírica à Memória de D. Rafael Bluteau;
Idem, à Memória do Conde da Ericeira;
Relação de um Combate Naval no Mediterrâneo entre Franceses
e Ingleses;
Relação do Verdadeiro Estado do Império do Prestes João;
O Novo Nabuco;
Oran Conquistado e Defendido;
Viagem Militar em que se Referem Todos os Sucessos da Última
Guerra entre Portugal e Castela (1704-1710);
Quintessência da História da Europa;
Notícia da Academia ou Curso de Filosofia;
Triunfo Carmelitano no Real Convento do Carmo, em Lisboa;
Numerosos opúsculos sobre assuntos históricos, militares e diplomá-
ticos; etc., etc.

Entre os seus manuscritos inéditos, contam-se 126 cartas, endereçadas a Rodrigo Xavier de Faria, genealogista, escalabitano; existem na Biblioteca Pública de Évora, contendo possivelmente matéria de interesse para a história da sociedade portuguesa no período em que foram escritas — 1741 a 1749. Ignoro se já suscitaram curiosidade a algum investigador da nossa história literária.



Que destas ligeiras notas não se depreenda o objectivo de fazer a apologia da Imprensa, quer do século XVII, quer do seguinte, pois só no século XIX o Jornalismo atingiu desenvolvimento assombroso e apurou suas características, que anteriormente mal esboçara. Foi então que se tornou um dos mais poderosos factores do progresso mundial. Houve apenas o propósito de enaltecer a iniciativa de um distinto vulto literário lisboeta de Setecentos e de louvar a tenacidade com que a acompanhou, dando ao nosso meio, apesar das limitações deste e dos recursos da época, valioso incentivo aos empreendimentos jornalísticos dos vindouros. Críticas acerbas à *Gazeta de Monterroio* (como a de Mendes dos Remédios) deverão regeitar-se, porque nos quarenta e cinco anos da sua publicação arquivou inúmeras informações de valia sobre a vida portuguesa e eventos estrangeiros, ainda hoje úteis a quem pretenda estudar esse período.

ACTIVIDADE CULTURAL

de Abril a Agosto de 1970

NO mês de Abril, a 25, realizou-se a posse dos Corpos Gerentes eleitos para o triénio de 1970/72. Usaram da palavra o Presidente da Junta Directiva, o Secretário-Geral Dr. José Cassiano Neves, o Vogal da mesma Junta Dr.^a D. Ana-Maria Pereira da Gama, o Relator da Comissão de Contas Dr. Francisco Couto dos Santos e o Director Substituto Prof. Oliveira Martins. Por último o Sr. Pascoal Rodrigues que na ausência, justificada, dos Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral conferiu as posses. Todos os oradores dirigiram cumprimentos aos novos empossados e particularmente ao Presidente da Junta Directiva. Neste número transrevem-se as palavras proferidas pelo mesmo.

Na quarta-feira 29, à noite, reuniram-se com os Presidentes da Assembleia Geral e da Junta Directiva, respectivamente os Srs. Conde de Rio Maior e Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, alguns membros dos Corpos Gerentes, para receber a anunciada visita de retribuição de cumprimentos do Sr. Eng. Agrónomo Fernando dos Santos e Castro mui digno Presidente da Exma. Câmara Municipal de Lisboa. Saudado pelo Presidente da Direcção o visitante agradeceu os cumprimentos que o Grupo lhe tributou a propósito da sua posse, depois e largamente dissertou sobre problemas citadinos e sobre a futura instalação do Grupo no Palácio de São Roque, tendo-se demorado em largo colóquio sobre o futuro da cidade, visitou após ter sido apresentado aos Corpos Gerentes presentes e ter assinado o livro de Honra, uma exposição patente no nosso Salão, sobre livros antonianos e outros da colecção do Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos e outra de obras da autoria do falecido Eng. Augusto Vieira da Silva, propriedade umas

do Grupo e outras do Presidente da Direcção. À reunião assistiram o Presidente da Assembleia Geral, Brigadeiro Conde de Rio Maior, o Presidente da Junta Directiva, Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, o Director Secretário Geral Dr. José Cassiano Neves, o Director Secretário Geral Adjunto Dr. Alberto Gomes e o Tesoureiro Sr. Fernando Dias Pereira.

Em 14 de Maio, pelas 21 horas, realizou-se a 66.^a sessão de Colóquios Olisiponenses, em que o Presidente da Junta Directiva dissertou e apresentou duas medalhas da sua colecção, uma comemorando o Centenário da Sociedade Boa União de Alfama, que se comemorou em 1 de Janeiro e outra referente ao 4.^o centenário da Irmandade de N. S. da Saúde à Mouraria. Ambas são de acentuado cunho olisiponense, como todos observaram.

No domingo 17 de Maio, em dois autocarros e diversos automóveis, vários «Amigos de Lisboa» e suas famílias visitaram o Mosteiro de Alcobaça e a cidade das Caldas da Rainha, onde decorriam as festas da Cidade, tendo almoçado no Restaurante Ponderosa. Durante o almoço foi tocado um pequeno concerto de órgão.

Na quinta-feira 28, realizou-se uma visita de estudo à nova Igreja do Coração de Jesus a Santa Marta. Dirigiu a visita o Reverendo



Alguns dos convivas à saída da Ponderosa

Pároco Padre Luís Martins Aparício. O edifício construído de acordo com o estabelecido no Concílio Vaticano II, tem uma concepção moderna, que foi explicada pelo Reverendo Pároco. No sábado 20 foram visitadas as instalações da Biblioteca Nacional e o seu novo edifício ao Campo Grande. Os visitantes foram recebidos pelo Bibliotecário Sr. Dr. Adriano de Andrade, que acompanhado por três colegas explicou as instalações da sala de leitura, alojamento dos livros, sala de convívio, refeitório e cozinha e as instalações dos vestiários, creche, refeitório e casa das máquinas. Os visitantes tiveram também na sala do conselho e anfiteatro. Foi uma visita muito concorrida e altamente interessante.

Quinta-feira, 11 de Junho, foram visitadas as instalações do novo edifício da Philips na Avenida Duarte Pacheco. Recebidos e saudados pelo Dr. Mário de Castro, acompanhado por várias funcionárias, depois



Oliveira Guimarães proferindo a sua conferência

da projecção de um filme no anfiteatro do 12.º andar, foi visitado o magnífico conjunto que terminou, depois de percorridas as várias instalações, com a visita às salas do rés-do-chão onde está permanente uma exposição do material para venda. A cada um dos visitantes foi oferecido um album contendo dois discos duplos de música gravada.

A 25, na sede, o Sr. Dr. Luís de Oliveira Guimarães, pronunciou uma conferência sobre o antigo Teatro do Ginásio, em cujo local em breve vai ser construído um imóvel segundo se anuncia.

A sessão, largamente concorrida, foi presidida pelo Presidente da Junta Directiva ladeado pela Sr.ª D. Julieta Ferrão e Sr. Fernandes da Silva.

Neste número se publica um resumo da conferência.

Em 5 de Julho, em automotora especial deslocaram-se cerca de uma centena de «Amigos de Lisboa» e suas famílias a Tomar a propósito da Festa dos Tabuleiros. Almoçaram no Hotel dos Templários



Parte da assistência à conferência sobre o Teatro do Ginásio

e assistiram à procissão, na praça fronteira à Câmara Municipal em talhão especial. Depois de presenciarem o espectáculo de colorido invulgar regressaram a Lisboa.

A 16, quinta-feira, a 67.^a sessão de Colóquios Oisiponenses, em que o Sr. Eng. Júlio Eduardo dos Santos se referiu ao escritor lisboeta Monterroio Mascarenhas iniciador em Portugal da Imprensa de noticiário e o Dr. Paulo Soromenho que falou sobre «Doces lembranças do Convento de Odivelas», comunicações que se publicam neste número.



O Dr. Paulo Soromenho ao fazer a sua comunicação

A 19 foi visitado o Museu dos Coches em Belém, fundado pela Rainha Dona Amélia. Orientou os visitantes amavelmente, a respectiva Directora Dr.^a D. Maria Madalena Gajigal e Silva. Esta visita, de alto interesse, agrupou grande número de associados.

Finalmente a 16 de Agosto, por amável convite da Excelentíssima Câmara Municipal de Lisboa, 85 sócios e suas famílias tomaram parte no passeio fluvial no Tejo, deslocando-se até à barra e até Vila Franca onde desembarcaram. Foi uma magnífica diversão em que o Grupo esteve representado pelo Director Tesoureiro Sr. Inocêncio Castelhana.

Nas restantes realizações o Grupo foi representado pelo Presidente da Junta Directiva.

O Grupo representou-se na homenagem prestada ao Dr. Augusto de Castro na Sociedade de Escritores, na entrega da Medalha da Cidade ao Senhor General França Borges e telegrafou associando-se à concessão da mesma medalha ao Sr. Luís Pastor de Macedo, e ao Senhor Presidente da República a propósito da sua promoção a Almirante e pela passagem do 13.º aniversário da sua posse como Chefe do Estado.

Também o Grupo se representou na conferência do Senhor General França Borges sobre a Índia Portuguesa no curso de férias da Faculdade de Letras; na inauguração da Feira do Livro e na decoração do pavilhão do Grémio dos Livreiros com obras olisiponenses.

Foi também o Grupo convidado para o Concerto da Polifonia na Igreja de São Roque, homenagem à poetisa D. Laura de Avis no Centro de Profilaxia, Centenário do Falecimento do Dr. Francisco Luís Gomes, na Sociedade de Geografia, e conferências durante a Semana do Ultramar na mesma Sociedade, para a parte cultural da Festa do Colete Encarnado em Vila Franca de Xira e conferência sobre Brasília realizada no Elos Clube.

E. N.





Feira da Ladra.



FICHEIRO

57. *Academia de Amadores de Música*

Qual a origem da Academia de Amadores de Música, de que foi seu primeiro sócio honorário o rei D. Luís, tão afeiçoado à cultura e artista que também foi?

Era pensamento dominante de um grupo de frequentadores assíduos do Teatro S. Carlos, no último quartel do século passado, a criação de uma escola de música onde se promovessem exhibições de reconhecido nível artístico e concorresse para o aperfeiçoamento dos métodos da pedagogia musical.

Foi na residência do mais entusiasta — Dr. João Gregório D’Korth — que se reuniram os futuros fundadores da desejada Academia de Amadores de Música. A uma dessas reuniões, realizadas em 17 de Janeiro de 1884, compareceram, entre outros, o visconde de Atouguia, marquês de Borba, duque de Loulé, Augusto Perschey, D. Fernando de Sousa Coutinho, Joaquim Ricardo Ferreira, Bernardino Silva, Adriano de Castro, Agostinho da Sil-

va Franco, Ernesto Alfredo Penaguião, Ricardo Augusto Figueiras, José de Ramos Esteves Lisboa, Henrique Souvinet, Teófilo da Fonseca e o Doutor D’Korth.

Ficou memorável a data de 18 de Março de 1884, em que 26 amadores de boa música lançaram as bases da importante e prestimosa instituição que conta já 86 anos de frutuosa existência, essencialmente dedicada ao culto da divina arte dos sons.

Merece registo o facto de, logo em 24 de Abril seguinte, a orquestra formada pelo maestro Filipe Duarte e composta por 62 executantes, na sua maioria fundadores da Novel Academia, se apresentar no salão do Teatro da Trindade interpretando um escolhido programa e no qual se integrava a famosa cantata *Pátria* de Alfredo Keil.

A primeira sede da Academia de Amadores de Música foi na praça Luís de Camões, seguindo-se-lhe na rua de S. Pedro de Alcântara, n.º 45 (Palácio Ludovice), depois no n.º 24 da rua António Maria Cardoso, passando para o segundo andar do n.º 60 da rua de D. Pedro I e, a partir de 1938, encontra-se instalada no 2.º esquerdo do n.º 18 da rua Nova da Trindade.

Recentemente, a Fundação Calouste Gulbenkian custeou obras realizadas na sua sede e concede um subsídio para a manutenção dos cursos de Iniciação

Musical Infantil no reconhecimento da utilidade pública da sua obra que abrange população superior a três centenas de alunos não só naquele como noutros cursos que a Academia proporciona aos estudiosos de várias profissões e idades. A colectividade promove a realização de concertos, conferências e dedica-se à divulgação da música regional portuguesa não só em diversos organismos de carácter popular, como aos microfones da Emissora Nacional e perante as câmaras da Radiotelevisão Portuguesa, feita pelo seu coro fundado e regido pelo maestro Fernando Lopes Graça.

De muitos que deram a sua honrosa colaboração a tão prestante organismo — e muitos dos quais recordados com tocantes homenagens patentes na sede — recordamos Alexandre Rey Colaço, Vítor Hussla, Ernesto Vieira, Pedro Black, Alfredo Gazul, Óscar da Silva, António Arroio, Thomaz de Melo Breyner, António Joyce, Reinaldo dos Santos, Thomás Borba e Viana da Motta.

58. Sociedade das Ciências Médicas

Em 28 de Junho de 1822, reuniram-se no Hospital de S. Francisco, os médicos Gregório José de Seixas, Inácio António da Fonseca Benevides, Joaquim José Fernandes, Miguel Caetano de Castro, Venceslau Anselmo Soares, e os cirurgiões José Martins Alvito, Paulo Patrício do Couto, João António da Silva, António Pedro Cardoso, José Tibério da Silva, António Pedro Cardoso, José Tibério de Faria, João Henrique Simas e José Maria Pereira de Sousa, com o propósito de fundarem uma associação científica, onde, permutando conhecimentos, principalmente recorrendo a comunicações e debates, pro-

porcionassem a elaboração do nível científico de tão prestigiosa classe.

A 12 de Dezembro de 1822 realizou-se uma sessão de estudos presidida por Soares Franco que apresentou uma *Memória sobre a natureza da Medicina, os seus fins e a utilidade que pode e deve com o tempo, seguir-se nesta sociedade.*

Em 24 de Maio de 1823 efectuou-se a última sessão em virtude dos acontecimentos políticos que assinalaram a época. Decorridos quase 12 anos, iniciaram a publicação do «Jornal das Ciências Médicas de Lisboa», órgão divulgador das conquistas da Ciência.

Em 18 de Maio de 1835 alguns médicos, cirurgiões e farmacêuticos de Lisboa formaram o núcleo que, denominado «Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», é considerado como a continuidade da sua antecessora fundada em 1822. A histórica reunião teve lugar na sala das sessões da Associação Mercantil Lisbonense, existente no n.º 60 da então chamada rua Direita do Arsenal, considerada como a segunda sede da «Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa».

Tanto a Sociedade como o seu jornal — que é o mais antigo dos jornais da capital — nem sempre viveram horas de tranquilidade, mas a Sociedade encontrou sempre dirigentes à altura dos acontecimentos, vencendo essas crises de molde a garantir o cumprimento da missão, tanto da Sociedade como do seu órgão de Imprensa.

Esta sociedade é, no seu género, a mais antiga do mundo.

Na sua sede — rua do Alecrim — os seus associados dispõem de uma magnífica e valiosa biblioteca que, entre outras obras raras, se honra de possuir os «Colóquios da Índia» de Garcia da Orta.

Zacarias da Silva

RAMOS
AFONSO
&
MOITA
LIMITADA

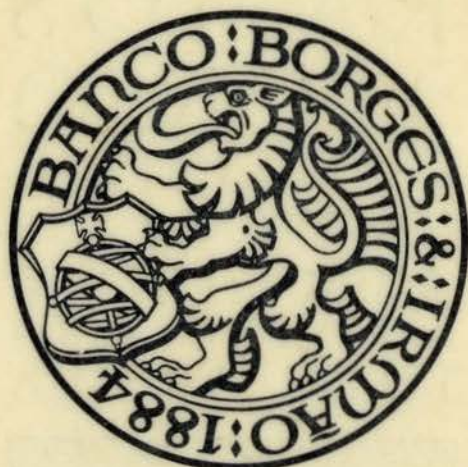


OFICINAS
GRÁFICAS



Rua de "A Voz do Operário" 5-A Tel. 86 30 74/5 LISBOA-2

**TRADIÇÃO E
PROGRESSO**



Banco Borges & Irmão



PORTO: RUA SÁ DA BANDEIRA, 20
LISBOA: LARGO DE S. JULIÃO, 1 a 7
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS
CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO